

2º CICLO

MESTRADO EM ENSINO DA GEOGRAFIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

A importância da Geografia para um futuro sustentável

Daniela Sofia Ferreira Maia

M

2021



Daniela Sofia Ferreira Maia

A importância da Geografia para um futuro sustentável

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino da Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares e pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Daniela Sofia Ferreira Maia

A importância da Geografia para um futuro sustentável

Relatório realizado realizada no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientada pela Professora Doutora Laura Maria Pinheiro de Machado Soares e pela Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Sumário

Declaração de honra	6
Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Índice de Figuras	10
Índice de Tabelas	12
Introdução	13
1.Enquadramento concetual	19
1.1. Conceito e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	19
1.2. O desenvolvimento sustentável: relação com a Educação e a Geografia	24
2.Apresentação do estudo de caso	32
2.1. Breve caracterização da Escola Secundária João Gonçalves Zarco	32
2.2. Contexto letivo e metodológico	35
3.Apresentação e análise de resultados	40
3.1. Primeiro questionário: os conceitos	40
3.2. Segundo questionário: contributo da Geografia para a promoção do desenvolvimento sustentável	50
Considerações Finais.....	67
Referências Bibliográficas	71
Anexos.....	74
Anexo 1	75
Anexo 2	77
Anexo 3	78

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro 2021

Daniela Sofia Ferreira Maia

Agradecimentos

À minha orientadora, a Professora Doutora Laura Soares, um agradecimento muito especial, por nunca ter desistido de mim, por mesmo nos momentos mais complicados ter disponibilizado o seu tempo para me aconselhar e ajudar na realização deste trabalho.

À minha coorientadora, a professora Doutora Elsa Pacheco, um agradecimento por ter sempre soluções e conselhos a dar.

À minha supervisora de estágio, a professora Marina Vicente, a quem agradeço imenso por me ter ajudado e apoiado tanto. Recebeu-me de abraços abertos e com a maior das simpatias. Obrigada por sempre ter encorajado todas as minhas ideias. Ter aprendido consigo foi um privilégio e orgulho. Um obrigada não chega.

À minha colega de estágio e amiga, Daniela Matias, obrigada por nunca me teres falhado. Ter partilhado toda esta experiência contigo foi memorável, obrigada por toda a companhia e ajuda. Espero ter a felicidade de me cruzar contigo em muitos corredores de escola.

Aos meus pais, a minha enorme gratidão. Obrigada por terem feito tudo para que eu, hoje, pudesse estar aqui. Sem vocês nada era possível.

À minha irmã, por todas as palavras nos momentos mais complicados.

Ao Fábio, por me ter acompanhado nesta viagem e por trazer uma leveza à minha vida sem igual. Obrigada por teres sido a calma nos momentos de maior sufoco.

À minha família, obrigada pelo apoio. Obrigada por estarem sempre lá para mim.

À FLUP e aos amigos que lá fiz, obrigada. Foi um percurso incrível, e, sem vocês, nada seria igual.

Resumo

A Geografia é muito mais que a imagem pré-concebida que muitos fazem, é muito mais que países e mapas. A Geografia tem a capacidade de juntar em si uma infinidade de temáticas, sejam elas sociais, económicas, culturais, políticas e ambientais. Tudo para que consigamos compreender o mundo onde vivemos.

Efetivamente, pelo facto de integrar e articular o ‘natural’ e o ‘humano’, a Geografia tem um carater único e, constitui, sem dúvida, uma ciência de charneira no contexto da sociedade atual, que se confronta com vários problemas relacionados com a necessidade de garantir a satisfação das necessidades da população no presente, mas sem pôr em causa a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades. Tal como preconizado no que ficou conhecido por Relatório Brundtland.

O objetivo principal do presente estudo consiste em conhecer e compreender a perspetiva dos alunos sobre o contributo da disciplina de Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável, respondendo à questão: de que forma a educação geográfica promove a consciencialização dos alunos para um futuro sustentável?

A metodologia utilizada na concretização deste propósito baseou-se essencialmente, na aplicação de dois inquéritos por questionário, visando o primeiro conhecer a perspetiva dos alunos sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável, enquanto o segundo pretende aferir a sua opinião sobre o contributo da disciplina de Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável.

Os resultados obtidos demonstram o reconhecimento da Geografia como mentora de conhecimentos e incentivo de atitudes orientadas para um futuro que investe na sustentabilidade, pelo que deve ser uma aposta, desde cedo, na vida escolar dos alunos.

Palavras-chave: Geografia, Cidadania e Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável

Abstract

Geography is much more than the preconceived image that many people have, it is much more than countries and maps. Geography has the ability to bring together a multitude of themes, including social, economic, cultural, political and even environmental issues. All in order for us to understand the world we live in.

Indeed, by integrating and articulating the "natural" and the "human", Geography has a unique character and is undoubtedly a key science in the context of today's society, which is faced with several problems related to the need to ensure that the needs of the present population are covered, without compromising the ability of future generations to meet their own needs. As advocated in what became known as the Brundtland Report.

The main objective of this study is to know and understand the students' perspective on the contribution of Geography to the promotion of sustainable development practices, answering the question: How does geography education promote the students' awareness for a sustainable future?

The methodology used to accomplish this purpose was based essentially on the application of two questionnaire surveys, the first intended to know the students' perspective on issues related to sustainable development, while the second intended to assess their opinion on the contribution of the discipline of Geography to the promotion of sustainable development practices.

The results achieved demonstrate the recognition of Geography as a mentor of knowledge and an incentive for attitudes oriented towards a future that invests in sustainability, which is why it should be an early bet on the students' school life.

Key-words: Geography, Citizenship and Development, Sustainable Development

Índice de Figuras

FIGURA 1 - DIMENSÕES (A) E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (B).	22
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO.	32
FIGURA 3 - PERGUNTAS ABERTAS/CONCEITOS DO PRIMEIRO QUESTIONÁRIO.....	38
FIGURA 4 - CONCELHOS DE RESIDÊNCIA DOS INQUIRIDOS.	38
FIGURA 5 - CONCELHOS DE RESIDÊNCIA DOS ALUNOS INQUIRIDOS.....	39
FIGURA 6 - CONCEITO DE GEOGRAFIA NO INÍCIO DO 2ºPERÍODO.	40
FIGURA 7 - CONCEITO DE GEOGRAFIA NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 15 15.	41
FIGURA 8 - CONCEITO DE CIDADANIA NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 22 22.	43
FIGURA 9 - CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 24 21.	44
FIGURA 10 - CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 26 26.	45
FIGURA 11 - CONCEITO DE PROSPERIDADE NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 15 19.	46
FIGURA 12 - CONCEITO DE PAZ NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 24 25. ..	47
FIGURA 13 - CONCEITO DE DIGNIDADE HUMANA NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 22 22.	47
FIGURA 14 - CONCEITO DE EDUCAÇÃO NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 27 19.	48
FIGURA 15 - CONCEITO DE IGUALDADE DE GÉNERO NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 27 26.	48
FIGURA 16 - CONCEITO DE SOCIEDADE JUSTA NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 28 30.	49
FIGURA 17 - CONCEITO DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE NO INÍCIO (1) E FINAL (2) DO 3º PERÍODO. NÚMERO DE PALAVRAS: 28 27.	50
FIGURA 18 - ALGUNS DOS VALORES, CONCEITOS E HABILIDADES COMPARTILHADOS PELA EDUCAÇÃO DE CIDADANIA E GEOGRAFIA, SEGUNDO MACHON E WALKINGTON (2000).	51
FIGURA 19 - CONCEITOS MAIS ASSOCIADOS A GEOGRAFIA.	52
FIGURA 20 - GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA RELATIVO ÀS AFIRMAÇÕES.	53

FIGURA 21 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA SERIAÇÃO DOS TEMAS/PROBLEMAS ELABORADA PELOS ALUNOS DA TURMA A.	55
FIGURA 22 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA SERIAÇÃO DOS TEMAS/PROBLEMAS ELABORADA PELOS ALUNOS DAS TURMAS 'BCDE'	56
FIGURA 23 - CLASSIFICAÇÃO DE 1 (MAIS IMPORTANTE) A 10 (MENOS IMPORTANTE) DAS ÁREAS QUE PODERÃO REPRESENTAR UM MAIOR PROBLEMA FUTURAMENTE PELA TURMA A.	57
FIGURA 24 - CLASSIFICAÇÃO DE 1 (MAIS IMPORTANTE) A 10 (MENOS IMPORTANTE) DAS ÁREAS QUE PODERÃO REPRESENTAR UM MAIOR PROBLEMA FUTURAMENTE PELAS TURMAS 'BCDE'	58
FIGURA 25 - GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA RELATIVO ÀS AFIRMAÇÕES.	60
FIGURA 26 - HÁBITOS DO DIA-A-DIA DOS ALUNOS.	62

Índice de Tabelas

TABELA 1 - DIMENSÕES, OBJETIVOS E ALGUMAS METAS DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	23
TABELA 2 - ANÁLISE ENTRE AS AE DE GEOGRAFIA E AS TEMÁTICAS ABRANGIDAS NO REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	28
TABELA 3 - ALUNOS DA ESJGZ NO ANO LETIVO 2020/2021.	33
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR ANO DE ESCOLARIDADE DA ESJGZ.....	34
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO POR CURSO DA ESJGZ.	34
TABELA 6 - CALENDÁRIO ESCOLAR.	36
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS POR DISCIPLINA E POR PERÍODOS.	36
TABELA 8 - CARACTERIZAÇÃO DAS TURMAS INQUIRIDAS.....	37
TABELA 9 - ALGUMAS RESPOSTAS À AFIRMAÇÃO "SE CONSIDERAS QUE A GEOGRAFIA CONTRIBUI PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL DIZ, EM POUCAS PALAVRAS, COMO O JUSTIFICAS" DAS TURMAS 'ABCDE'	64

Introdução

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), então presidida pela primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland. O trabalho desenvolvido por esta comissão seria apresentado em 1987, com o título *Our Common Future* – que ficaria conhecido por Relatório Brundtland -, em que se preconiza a orientação do ‘futuro comum da humanidade’ de acordo com estratégias de ‘desenvolvimento sustentável’, que permitissem estabelecer uma nova relação entre o ser humano e o meio ambiente:

“A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável para garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. O conceito de desenvolvimento sustentável implica limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estado atual da tecnologia e da organização social dos recursos ambientais e pela capacidade da biosfera em absorver os efeitos das atividades humanas. Mas a tecnologia e a organização social podem ser geridas e aperfeiçoadas para abrir caminho para uma nova era de crescimento económico. A Comissão considera que a pobreza generalizada já não é inevitável. A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas o desenvolvimento sustentável requer atender às necessidades básicas de todos e estender a todos a oportunidade de realizar suas aspirações por uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica sempre estará sujeito a catástrofes ecológicas e outras” (*Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future, 1987, tradução nossa*)¹.

As ideias subjacentes a este relatório recuam à fundação do Clube de Roma, que se tornou conhecido sobretudo após a publicação do relatório intitulado *Os Limites do Crescimento* (Meadows *et al.*, 1972), em que se alerta para as consequências do rápido crescimento da população mundial face aos recursos naturais limitados. Outras publicações podem ser referenciadas como precursoras de um movimento ambientalista defensor da sustentabilidade do desenvolvimento, designadamente os livros *Silent Spring* (Carsons, 1962), *A Blueprint for Survival* (Goldsmith e Allen, 1972), *Only One Earth* (Ward e Dubos, 1972), ou *Small is Beautiful* (Schumacher, 1973). Todas

¹. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso a 22-03-2021.

estas obras focam o ritmo de crescimento da população mundial e a exploração dos recursos a uma escala que não se coaduna com a perpetuação do desejável equilíbrio sociedade-ambiente, preconizando, de certa forma, o que agora designamos por 'pegada ecológica', indicador de sustentabilidade ambiental criado na década de 1990 por Wackernagel e Rees (1998):

“A análise da pegada ecológica é uma ferramenta nos permite estimar o consumo de recursos e as necessidades de assimilação de resíduos de uma população humana definida ou economia, em termos de uma área produtiva correspondente. As perguntas típicas que podemos fazer com esta ferramenta incluem: quão dependente é a população em estudo das importações de recursos de 'outros lugares' e da capacidade de assimilação de resíduos dos bens comuns globais), e a produtividade da natureza será adequada para satisfazer as crescentes expectativas materiais de um crescimento da população humana no próximo século?” (Wackernagel, M. and Rees, W., 1998), p.9, tradução nossa).

Ou seja, como refere Lamim-Guedes (2012, p.2), a pegada ecológica é como um extrato bancário: ela permite “determinar se estamos vivendo dentro do nosso orçamento ecológico ou se estamos consumindo os recursos da natureza mais rapidamente do que o planeta pode renová-los”.

Na sociedade atual, a preocupação com o desenvolvimento sustentável (DS) está na ordem do dia. E são bem claros, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), os 17 objetivos e 169 metas a implementar por todos os Estados Membros das Nações Unidas até essa data². Mas o quarto objetivo, uma *Educação de Qualidade*, é talvez o mais importante...porque, no fundo, é a base ou coordena todos os outros. Efetivamente, para “(...) garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável”, é necessário promover uma educação que fomente “(...) estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural”³.

². Consultar: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso a 22-03-2021.

³. <https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/> Acesso a 22-03-2021.

Enquanto domínio da Educação para a Cidadania, o Desenvolvimento Sustentável (obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade) enquadra-se na *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento* (ENED 2010-2015 - Despacho n.º 25931/2009 de 26 de novembro e ENED 2018-2022 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, de 16 de julho), em ligação evidente com a anteriormente aprovada *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (2017) e em linha com outros documentos normativos do sistema educativo nacional, designadamente: o *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória* (d'Oliveira Martins *et al.*, 2017); o Decreto-Lei n.º 54 e 55/2018 de 6 de julho, que estabelece o Regime Jurídico da Educação Inclusiva; e o Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, que define o Currículo e Princípios Orientadores da Avaliação das Aprendizagens dos Ensinos Básico e Secundário, em que se integra a Autonomia e Flexibilidade Curricular.

No seguimento dos elementos focados, o *Referencial de Educação para o Desenvolvimento* (Torres, A. *et al.*, 2016), define os temas e sub-temas a abordar no contexto do domínio em causa, constituindo-se como “documento orientador que visa enquadrar a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania, e promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário” (ob.cit., p.7).

Ao analisarmos esses temas (Anexo I), apercebemo-nos de imediato da sua ligação com as ‘Aprendizagens Essenciais’ de vários anos de escolaridade da disciplina de Geografia, assim como das palavras de Schumacher (1973, p.79): “A tarefa da nossa geração, não tenho dúvidas, é de reconstrução metafísica ... Nossa tarefa - e a tarefa de toda educação - é compreender o mundo presente, o mundo em que vivemos e fazemos nossas escolhas”. E tal representa, de forma simples, uma definição de Geografia.

Associando todas as reflexões anteriores, podemos considerar que elas constituem a justificação do tema do presente relatório de estágio – *Importância da Geografia para um futuro sustentável* -, elaborado no âmbito da unidade curricular *Iniciação à Prática*

Profissional (IPP), do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEG) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Mas se cada vez é mais frequente ouvirmos falar da escassez de recursos e da necessidade de promovermos um desenvolvimento sustentável, a justificar a nossa abordagem está igualmente o facto de o Ministério da Educação recomendar, preferencialmente, a escolha de professores dos grupos de Ciências Sociais e Humanas para lecionar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (embora tal fique ao critério de cada agrupamento de escola). E é aqui que o Grupo 420, de Geografia, está inserido, explicando que sejam os professores deste grupo os que, mais recorrentemente, lecionam esta disciplina.

Considerando os aspetos focados, o presente trabalho assenta na seguinte pergunta de partida: de que forma a educação geográfica promove a consciencialização dos alunos para um futuro sustentável?

Ou seja, o objetivo principal do nosso estudo, consiste em conhecer e compreender a perspetiva dos alunos sobre o contributo da disciplina de Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável. Para lhe dar resposta, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Discutir o conceito de desenvolvimento sustentável;
2. Perceber a relação entre os conteúdos da disciplina de Geografia e da Educação para o Desenvolvimento;
3. Analisar a perspetiva dos estudantes sobre a disciplina de Geografia e sobre os conceitos abordados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento;
4. Verificar a perceção dos alunos sobre a importância do desenvolvimento sustentável e a sua possível interligação com a disciplina de Geografia;
5. Aferir os seus conhecimentos e comportamentos/atitude sobre o tema em estudo.

Para concretizar os nossos objetivos, a metodologia adotada – após a recolha e análise crítica de bibliografia orientada para a abordagem teórica do tema em estudo - consistiu na aplicação de dois inquéritos por questionário a alunos do 7º ano de escolaridade, das turmas que lecionamos durante a nossa Introdução à Prática Profissional (IPP). No entanto, devido aos condicionamentos associados à pandemia do Covid-19, a implementação do primeiro questionário foi restringida à turma de 7ºano com que trabalhamos mais diretamente, enquanto o segundo foi implementado em todas as turmas do mesmo ano de escolaridade, sob responsabilidade dos vários estudantes do núcleo de estágio da Escola Secundária João Gonçalves Zarco (ESJGZ).

O primeiro questionário - cuja sua finalidade era conhecer a perspetiva dos alunos sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável - foi aplicado no início e final do 3º período, ou seja, antes e após as aulas em que os temas presentes neste relatório foram abordados. Inicialmente decorreu em Ensino à Distância (E@D), através da plataforma *Socrative*, no contexto de uma aula de Cidadania e Desenvolvimento; a segunda fase, embora utilizando a mesma plataforma, decorreu presencialmente. Os resultados obtidos foram analisados através da construção de nuvens de palavras, utilizando a aplicação *WordClouds*⁴. Todas as frases escritas pelos estudantes foram copiadas de forma exata para a aplicação em questão, conjugando-se palavras similares e eliminando-se os termos relativos ao conceito em si, as preposições, artigos definidos e indefinidos.

O segundo questionário, que visava conhecer e compreender a perspetivas dos alunos sobre a ligação disciplinar entre a disciplina de Geografia e o seu contributo para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável teve de ser realizado de forma autónoma pelos alunos, através da plataforma *Google Forms*. Nas aulas, foi explicado a finalidade do questionário e referido que seria colocado no *Google Classroom* (plataforma utilizada pela escola) o link respetivo e definido o prazo estipulado para a realização do mesmo. No entanto, uma vez que vários alunos ainda não tinham

⁴ <https://www.wordclouds.com/>

respondido ao mesmo próximo da data limite considerada, foi dispensada parte das aulas de Geografia para que esses estudantes o fizessem na escola.

Para dar resposta aos nossos propósitos, estruturamos o nosso relatório em 3 capítulos. O primeiro corresponde ao Enquadramento Conceptual, onde discutimos o conceito de Desenvolvimento Sustentável e os seus objetivos, bem como a sua relação com a Educação e a Geografia. O segundo aborda o nosso estudo de caso, procedendo-se a uma breve caracterização da escola onde decorreu a nossa IPP, focando igualmente o contexto letivo e os procedimentos metodológicos. O terceiro e último, corresponde à apresentação e discussão dos resultados.

O presente relatório está dividido em 3 capítulos: o primeiro corresponde ao 'Enquadramento conceptual', onde apresentamos algumas reflexões teóricas sobre o tema em estudo; o segundo corresponde ao 'Contexto metodológico', onde se realizou uma 'Breve caracterização da Escola Secundária João Gonçalves Zarco', descrevendo o espaço onde decorreu a Iniciação à Prática Profissional e onde foi aplicado este mesmo estudo; por fim, a 'Apresentação e análise de resultados', onde debatemos os dados resultantes da aplicação de dois inquéritos, sendo que um deles feito em dois momentos distintos, a alunos de 7º ano da escola anteriormente referida.

1. Enquadramento concetual

1.1. Conceito e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Como vimos na introdução do presente estudo, o conceito de desenvolvimento sustentável, tal como entendido na década de 1980, surge associado ao documento produzido pela CMMAD em 1987, intitulado *Our Common Future*. Mais conhecido por Relatório de Brundtland, nele seria expresso o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) que se tornaria mundialmente conhecido: “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (Brundtland Report, 1987, p.43).

Na formulação proposta, está subjacente a ideia de que o DS implica um processo de exploração/transformação de recursos que responda às necessidades e aspirações humanas, mas através de tecnologias e estratégias/políticas de desenvolvimento económico que não ponham em causa a harmonia com o ambiente, reforçando o seu potencial presente e garantindo o futuro (Elkington, J., 2001; Camargo, 2003).

Esta preocupação em conciliar as atividades económicas com a preservação do ambiente, não era uma novidade. Na realidade, ela remonta, no essencial, às décadas de 60 e de 70 do século XX, com uma série de alertas em que se destacam as preocupações dos membros que constituíam o Clube de Roma, em parte induzidas por um conjunto de eventos que indiciavam os efeitos nefastos da sociedade sobre o meio. A título de exemplo podemos referir: o *Dust Bowl*, que afetou os EUA durante a década de 1930 associando ocorrências de seca severa com métodos de cultivo intensivo que despoletaram graves problemas de erosão dos solos e provocaram prejuízos que pioraram a crise económica associada à Grande Depressão de 1929; o Grande Nevoeiro de 1952, em Londres, associado à poluição atmosférica gerada pela queima de carvão, provocando mais de quatro mil mortes (Hogan, 2007, apud Silva, 2020); episódio similar ocorreria em 1966 em Nova York, gerando níveis perigosamente altos de monóxido de carbono e dióxido de enxofre durante 4 dias, demonstrando “(...) how adverse meteorological conditions permitted the

concentrations of air pollutants to reach high levels” (Fensterstock, J.C. and Fankhauser, R.K., 1968); vários episódios de contaminação hídrica, pondo em causa a saúde humana, como o envenenamento das águas com mercúrio em Minamata (Japão) que ocorreu em 1954. Mas estes são apenas os grandes eventos...por todo o mundo se observavam ocorrências que, mesmo de caráter natural, eram agravadas pela intervenção antrópica.

Assim, a necessidade e urgência de uma mudança nos modelos de desenvolvimento, começou a gerar consenso a nível mundial. Em 1972, tem lugar, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (1972), que, de acordo com Ribeiro (2010), consistiu no primeiro debate a nível internacional relativo ao desenvolvimento e aos meios de proteção ambiental, reconhecendo-se a influência do ‘Homem’ no meio. A preocupação pelo tema já era bastante notória e o objetivo deste debate era possibilitar a conciliação entre a atividade económica e a proteção ambiental.

Mas o termo ‘sustentabilidade’ e a expressão ‘desenvolvimento sustentável’, só passam a fazer parte, definitivamente, do campo lexical, com o Relatório Brundtland (Faustino, M. and Amador, F., 2016), correspondendo, então à “(...) forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Estender, A.C. and Pitta, T.d.T.M., 2008, p.22). Este conceito pretende, assim, combinar a eficiência económica, com a ecológica e social.

Na Cimeira do Milénio – realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque - 189 chefes de Estado e de Governo assinaram a *Declaração do Milénio*, incorporando a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os ODM, num total de oito, envolviam 21 metas globais a cumprir até 2015, definindo ações específicas: de combate à fome e à pobreza extrema; de desenvolvimento de políticas de educação que garantissem o ensino primário universal, eliminando também as disparidades de género e fomentando a autonomia da mulher através do sistema educativo; de promoção da saúde, designadamente ao nível da redução da mortalidade infantil e

materna, a que se associava o combate ao VIH/SIDA, à malária e outras doenças graves; de garantia da sustentabilidade ambiental, englobando os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas nacionais, de forma a inverter a perda de recursos ambientais; finalmente, criar uma ‘parceria global para o desenvolvimento’, de forma a melhorar a qualidade de vida da população mundial, mas sobretudo centrada na satisfação das necessidades dos países em desenvolvimento (Sachs, J.D., 2012; Roma, J.C., 2019).

Em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (DNUEDS), para o período compreendido entre 2005 e 2014, reconhecendo que a Educação é o primeiro passo e uma chave fulcral para a mudança de mentalidades e atitudes da nossa sociedade⁵.

No entanto, alguns autores reconhecem que o cumprimento dos ODM teve limitações no seu processo de desenvolvimento, estrutura, conteúdo, implementação e monitorização (Fehling, M. [et al.], 2013); (Buss, P.M., 2017), apesar de ser possível destacar algumas melhorias significativas:

“(...) the number of deaths in children under 5 years of age worldwide declined from 12.7 million in 1990 to 6.3 million in 2013 (...) Enrolment in primary education in developing regions reached 90% in 2010, up from 82% in 1999, which means more children than ever are attending primary school (...) The world has achieved equality in primary education between girls and boys, but few countries have achieved that target at all levels of education. In many countries, gender inequality persists and women continue to face discrimination in access to education, work and economic assets, and participation in government. (...) Furthermore, most progress has been made in the wealthier strata, the poorest families remaining the most vulnerable” (Beattie, R. [et al.], 2015)⁶.

Assim, em setembro de 2015, 193 países-membros da Organização das Nações Unidas assinaram a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, continuando, assim, o trabalho iniciado em 2000. Esta Agenda, referida logo na introdução do nosso

⁵ <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/um-planeta-um-oceano/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel> Acesso a 16-03-2021.

⁶ https://adc.bmj.com/content/archdischild/100/Suppl_1/S1.full.pdf Acesso a 16-03-2021.

relatório, envolveu compromissos e objetivos mais amplos relativamente aos anteriores. Com efeito, na sequência dos ODM e da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (CNUDS) - realizada no Rio de Janeiro em 2012 - a ONU definiu, em 2016, os então designados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), integrados em cinco dimensões (figura 1 e tabela 1) e englobando 169 metas a cumprir até 2030 (de Martino Jannuzzi, P. and De Carlo, S., 2019).

Figura 1 - Dimensões (A) e Objetivos do desenvolvimento sustentável (B).

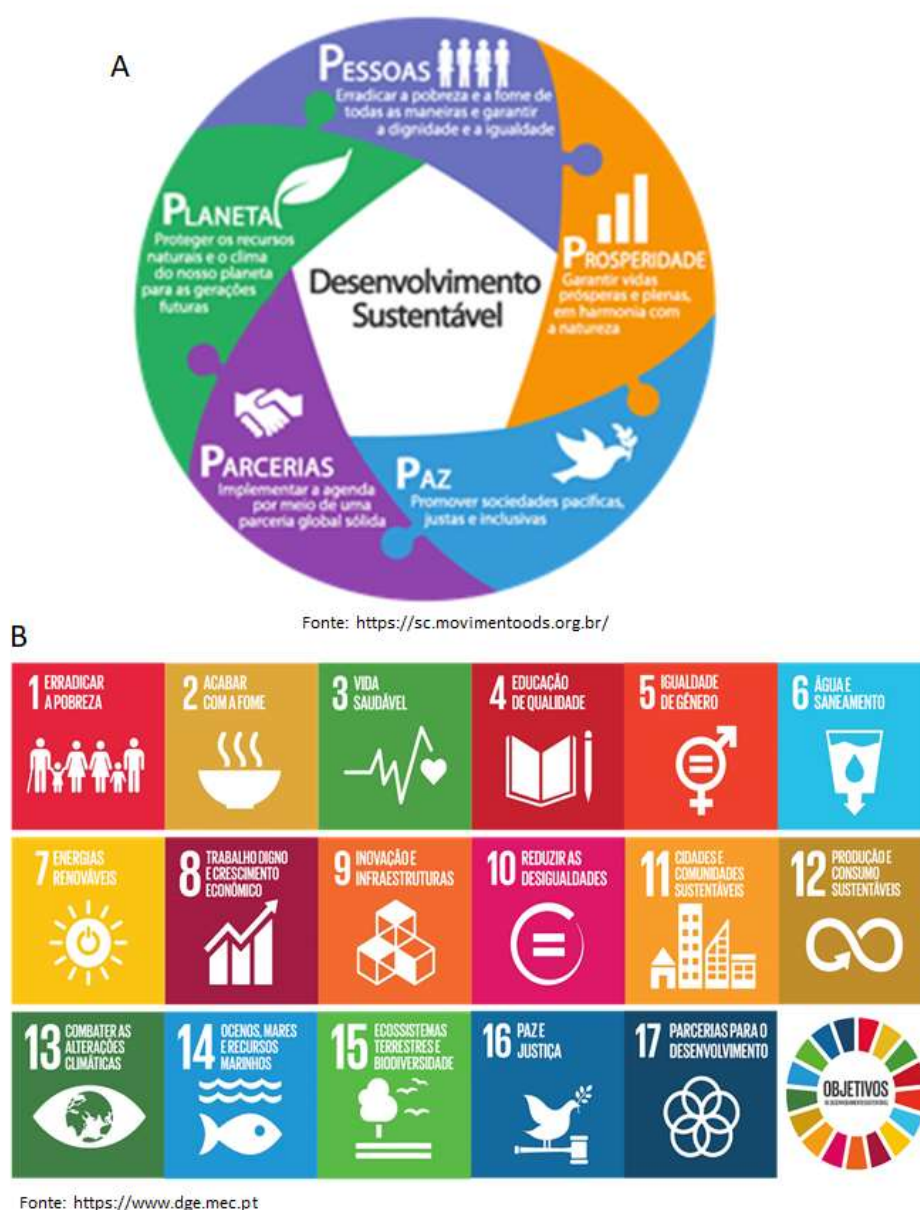


Tabela 1 - Dimensões, Objetivos e algumas Metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável. Adaptado de: <https://www.ods.pt/>; <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/noticia/5dimensoesods>

DIMENSÕES	OBJETIVOS	METAS DE DESTAQUE
PESSOAS O desenvolvimento das sociedades está associado à garantia de uma vida mais digna e igualitária, mas também porque as sociedades se distinguem pela forma como as pessoas vivem.	1 – Erradicação da Pobreza	Garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros; aumentar a resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade...
	2 – Fome Zero	Garantir o acesso de todos as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano; duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos; garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes...
	3 – Saúde de qualidade e bem-estar	Reduzir a taxa de mortalidade materna global; acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos; Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação, e retenção do pessoal de saúde; Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde...
	4 – Educação de Qualidade	Garantir que todos os meninos e meninas completem a escola primária e secundária que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes; garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável...
	5 – Igualdade de Género	Aderir e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, a todos os níveis...
PROSPERIDADE (...) as vidas devem ser vividas com dignidade, e essa dignidade só pode existir na medida em que possa ser suportada.	7 – Energias renováveis e acessíveis	Assegurar o acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis aos serviços de energia; Aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global...
	8 – Emprego digno e crescimento económico	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor; Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado; acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil...
	9 – Indústria, inovação e infraestruturas	Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiras, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos; Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empregar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à Internet nos países menos desenvolvidos, até 2020...
	10 – Redução das desigualdades	Até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento da rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional; Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente do idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra; Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito...
	11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preços acessíveis, e aos serviços básicos; Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos; Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países; Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo; Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por esse tipo de perdas internas bruto global...
	12 – Consumo e produção responsáveis	Alargar o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos; Alargar o acesso a saneamento e águas adequados e equitativos para todos; Aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar infrações sustentáveis; Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água...
PLANETA Desde o século de 1960 que as preocupações com a sustentabilidade do nosso Planeta têm vindo a conquistar etapas no planeamento dos países, dando o reconhecimento do carácter não renovável do recurso das reservas naturais exploradas pelas nossas sociedades modernas. Apesar disso, os novos hábitos de consumo implicam um risco cada vez maior para a sustentabilidade dos ecossistemas do planeta.	13 – Combate às alterações climáticas	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais; Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização; Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza...
	14 – Proteger a vida marinha	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países; Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce na que respeito às alterações climáticas...
	15 – Proteger a vida terrestre	Até 2030, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos; Até 2030, agir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos; Até 2030, regular, efetivamente, a extração de recursos, acabar com a sobre-exploração e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas; Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, (...) a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento...
	16 – Paz, Justiça e Instituições fortes	Até 2030, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas; Até 2030, promover a implementação de gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reforestação, a nível global; Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo; Até 2030, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local...
PAZ (...) reduzir as formas de violência e abuso, exploração, tráfico e tortura, assim como os fluxos ilegais de dinheiro e armas. Promover o Estado de Direito, e garantir o acesso universal à justiça e à cidadania democrática, inclusiva e participativa a todos os níveis.	16 – Paz, Justiça e Instituições fortes	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares; Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças; Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos; Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e desenvolvimento de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável...
PARCERIAS (...) a existência de mercados globais, tanto de matérias-primas, como de bens e serviços transformou a estabilidade financeira global num delicado equilíbrio de interdependência internacional.	17 – Parcerias para implementação dos ODS	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multilaterais que mobilizem e partilhem conhecimento, peritos, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento; Até 2030, aumentar as iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto (PIB) e apoiem a capacidade estatística nos países em desenvolvimento...

A concretização dos 17 ODS até 2030, é, talvez, uma utopia. No entanto,

We can lead a sustainable lifestyle by making choices and taking actions that minimize the use of natural resources, the generation of emissions, wastes and pollution. Creating a sustainable lifestyle means rethinking our ways of living, how we buy and how we organize our everyday lives. It is about transforming our societies towards more equity and living in balance with our natural environment (UNEP, UNESCO e ILO, 2016, p 36).

Mas ‘criar um estilo de vida sustentável’, implica, efetivamente, ‘transformar as nossas sociedades’, educando-as para ‘viver em equilíbrio com nosso ambiente natural’, sem esquecer a satisfação das nossas necessidades.

Por isso, a *“Educação, para além de constituir um direito humano fundamental, é igualmente um pré-requisito para se atingir o desenvolvimento sustentável”*⁷.

1.2. O desenvolvimento sustentável: relação com a Educação e a Geografia

“O Desenvolvimento Sustentável, enquanto domínio da Educação para a Cidadania - Cidadania e Desenvolvimento, visa assegurar que a educação contribui para que as crianças e os/as jovens, alunas e alunos, adquiram os conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que lhes permitam ser agentes de mudança na construção de um mundo sustentável, inclusivo, pacífico e justo, que promova a melhoria da qualidade de vida e que atenda às necessidades das atuais gerações e das gerações vindouras.”⁸

Para a realização deste trabalho é necessário ter em conta alguns documentos importantes, como a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (Santos, A.T., 2014), o Referencial de Educação para o Desenvolvimento (Hauwaert, A.M.V.T.v., 2020), o Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Câmara, A.C. [et al.], 2018). De acordo com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento⁹ acredita-se que o conceito tradicional de cidadania, que se baseava

⁷. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/um-planeta-um-oceano/educacao-para-o-desenvolvimento-sustentavel> Acesso a 14-03-2021.

⁸. <https://cidadania.dge.mec.pt/desenvolvimento-sustentavel>. Acesso a 15-03-2021.

⁹ <https://ened-portugal.pt/> Acesso a 15-03-2021.

apenas com a inclusão e exclusão já fora ultrapassado. Esse conceito clássico tem dado lugar a um conceito mais abrangente e dinâmico, indo desde os fluxos migratórios até à globalização de mercados, entre vários outros temas, temas esses presentes nas 'Aprendizagens Essenciais de Geografia' (AE).

Portugal tem vindo a fazer um reconhecimento progressivo da importância da Educação para o Desenvolvimento, com a publicação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015)¹⁰, que consiste num documento de referência fundamental para a intervenção nesta área, tendo como objetivo a promoção da cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da comunidade portuguesa para as questões relativas ao desenvolvimento, tendo como perspetiva uma ação direcionada para a transformação social.

A Geografia está muito relacionada com a noção do espaço, permitindo identificar padrões, analisar causas, dar explicações, realizar interligações e até oferecer soluções. É uma área muito ampla, reúne em si temáticas sociais, económicas, culturais, ambientais e até políticas, tudo para uma melhor compreensão do mundo onde vivemos.

"The development of a geographic reasoning allows young students to identify social problems, and think about common strategies of problem solving. In fact, any consideration of citizenship education has to be related to the development of analytical skills about physical, human and economic problems at different scales. And this is the important contribution of the geographical approach." (Esteves, M., 2015)

Alguns autores referem que a Geografia, enquanto disciplina isolada, não tem a capacidade de formar cidadãos. Porém, consegue proporcionar aos alunos uma linguagem e noção de espaço intelectual capaz de criar e explorar o significado do que

¹⁰ Disponível em:

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/estrategia_nacional_educacao_desenvolvimento.pdf

é a cidadania, levando-os a repensar as suas atitudes, deveres e direitos (Anderson, J. *et al.*, 2008).

Com o intuito de provocar a comunidade científica da área da Geografia, o geógrafo francês Yves Lacoste, na década de 1980, escreveu um livro intitulado *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Com este livro, Lacoste salientava que a Geografia ensinada nas escolas apelava apenas à memorização. E a Geografia é bem mais que isso. E como refere Boudou (2012, p.104)

“(…) uma das funções primordiais da Geografia no ensino primário e secundário é a formação de cidadãos. Não podemos formar verdadeiros papagaios, que decoram coisas para repetir. Decorar e repetir palavras, até um ser irracional é capaz! A Geografia deve fazer o aluno PENSAR. Seria ela uma disciplina que ajudasse ao cidadão a ver o mundo, compreendendo-o e, sobre ele agindo para um bem estar melhor da nossa sociedade.

Também Reis (2000) acredita que há uma ligação entre a Geografia e a educação para a cidadania. A Geografia, dada a natureza das suas finalidades e todos os temas que consegue abordar, representa um papel relevante na educação para a cidadania.

Acrescenta também que o conhecimento transmitido relativo ao espaço geográfico a diferentes escalas, confrontando diversas civilizações e culturas é essencial na formação dos alunos.

A disciplina de Geografia reúne em si a análise de várias problemáticas, sendo estas de carácter social, ambiental, político ou económico, levando os alunos a questionarem-se e a refletirem sobre eles e sobre possíveis soluções para ser possível a sua resolução. “As atitudes, os conceitos e as capacidades desenvolvidos durante o processo de aprendizagem da Geografia são fundamentais para qualquer cidadão que participe de uma forma consciente e activa na resolução de problemas dos que se fazem sentir à escala mundial.” (Ferreira, M.M. *et al.*, 2001, p.163)

De acordo com Esteves (2011), as competências estabelecidas da Geografia permitem relacionar a educação geográfica com a educação para a cidadania. Defende ainda que esta relação ocorre, pois, os temas abordados por Geografia no 3º ciclo passam por uma abordagem de um conjunto de temas importantes para o exercício de uma cidadania responsável. Mas acrescenta que a eficácia desta relação interdisciplinar

depende das práticas dos professores de Geografia, que devem desenvolver as competências de cidadania.

O Referencial de Educação para o Desenvolvimento está dividido em temas, subtemas, objetivos e descritores de desempenho. Por outro lado, analisando as Aprendizagens Essenciais (AE) de Geografia do 7º ano (ano de escolaridade dos alunos inquiridos para a realização deste relatório), achamos que muitos dos seus objetivos se articulam com esse referencial. Assim, procedeu-se à construção de uma tabela, onde, do lado esquerdo estão indicadas as AE e, do lado direito, os temas, subtemas, objetivos e descritores de desempenho presentes no Referencial de Educação para o Desenvolvimento, que consideramos estar interligados com cada uma das aprendizagens selecionadas.

O Referencial de Educação para o Desenvolvimento está dividido em temas, subtemas, objetivos e descritores de desempenho. Analisando as Aprendizagens Essenciais de Geografia do 7º ano, ano de escolaridade de todos os alunos inquiridos para a realização deste relatório, achamos que muitos dos seus objetivos se relacionam. Assim, procedeu-se à construção de uma tabela, onde, do lado esquerdo estão presentes as AE e do lado direito os temas, subtemas, objetivos e descritores de desempenho presentes no Referencial de Educação para o Desenvolvimento, que consideramos estar interligados com cada uma das aprendizagens selecionadas (tabela 2).

Tabela 2 - Análise entre as AE de Geografia e as temáticas abrangidas no Referencial de Educação para o Desenvolvimento.

7º Ano	
Aprendizagens Essenciais de Geografia	Referencial de Educação para o Desenvolvimento
Descrever exemplos de impactes da ação humana no território, apoiados em fontes fidedignas.	<u>Tema</u> • 2 – Interdependência e Globalização <u>Subtema</u> • Interdependência e relação dialética entre o global e o local <u>Objetivo</u> • Compreender as inter-relações entre as pessoas, os lugares, as economias e os ambientes, do local ao global e vice-versa. <u>Descritores de Desempenho</u> 1. Identificar acontecimentos e ações do âmbito global. 2. Expor acontecimentos e ações de âmbito local com impactos a nível global. 3. Identificar problemas que afetem a humanidade, comuns a diferentes lugares do planeta. 4. Dar exemplos de situações de interdependência entre países e economias. 5. Refletir sobre a influência da dimensão global nos acontecimentos e ações locais e vice-versa. 6. Identificar influências da dimensão global na construção das identidades individuais e coletivas. 7. Refletir sobre a influência que a ação pessoal e coletiva pode exercer para além do âmbito local. 8. Entender os processos de inter-relação entre pessoas e povos como elemento base da história humana.
	<u>Tema</u> • Cidadania Global <u>Subtema(s)</u>

Sensibilizar a comunidade para a necessidade de uma gestão sustentável do território, aplicando questionários de monitorização dos riscos, no meio local.	• A comunidade planetária (1) • Construção de uma sociedade mundial justa e sustentável (2) <u>Objetivo(s)</u> • Compreender a humanidade como parte do planeta e do universo (1) • Compreender a construção de compromissos éticos e cívicos como condição para a criação de uma sociedade mundial justa e sustentável (2) <u>Descritores de Desempenho (1)</u> 1. Explicar em que consiste a biodiversidade. 2. Apresentar uma definição de ecossistema. 3. Explicitar causas e consequências da alteração do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. 4. Expor perigos para a humanidade e para o ambiente resultantes do uso não sustentável de recursos naturais. 5. Refletir sobre contradições entre práticas de produção e de consumo e estilos de vida e o equilíbrio planetário. 6. Debater medidas que visem promover a biodiversidade. 7. Atuar com vista ao cuidado e à preservação da natureza e do património material construído. 8. Valorizar a comunidade planetária como pertença e responsabilidade de cada um/a. 9. Reconhecer a Terra enquanto nossa casa comum. <u>Descritores de Desempenho (2)</u> 1. Explicar o conceito de sustentabilidade das sociedades nas suas várias dimensões (ambiental, económica e sociopolítica). 2. Reconhecer a construção de uma sociedade mundial justa e sustentável como uma meta a alcançar. 3. Expor práticas de produção e consumo de estilos de vida não sustentáveis aos níveis local, regional, nacional e internacional. 4. Entender a partilha equitativa dos bens comuns da humanidade como condição para a construção de uma sociedade mundial justa e sustentável. 5. Caracterizar o papel da ONU no processo de construção da justiça mundial.
--	--

	6. Manifestar hábitos de consumo e estilos de vida sustentáveis. 7. Debater como ultrapassar situações de injustiça social com base na cooperação e na equidade. 8. Explicitar mudanças fundamentais no conceito de cidadania ao longo de diferentes épocas históricas. 9. Refletir sobre a necessidade do exercício da cidadania ir para além de um estatuto jurídico-político ligado a um território/nação. 10. Entender a cidadania global como um conceito recente e em construção. 11. Reconhecer a cidadania global como um compromisso ético e cívico fundado no sentido de pertença à comunidade planetária.
Reconhecer a necessidade da cooperação internacional na gestão de recursos naturais, exemplificando com casos concretos, a diferentes escalas.	<u>Tema</u> • 1 – Desenvolvimento <u>Subtema(s)</u> • Cooperação Internacional <u>Objetivo</u> • Refletir criticamente sobre concepções, práticas e principais atores da cooperação internacional. <u>Descritores de Desempenho</u> 1. Entender o conceito de cooperação internacional. 2. Relacionar as desigualdades socioeconómicas com a cooperação internacional. 3. Distinguir cooperação internacional para o desenvolvimento de ajuda humanitária. 4. Distinguir diferentes modalidades de cooperação internacional. 5. Conhecer organismos de cooperação internacional. 6. Identificar iniciativas concretas de cooperação internacional. 7. Relacionar os princípios da cooperação internacional com as suas práticas concretas. 8. Analisar pontos fortes e fracos de iniciativas concretas de cooperação internacional.

Consideramos que esta tabela demonstra a relação clara entre os dois documentos comparados.

Selecionemos, por exemplo, uma AE diretamente relacionada com a sustentabilidade: ‘Sensibilizar a comunidade para a necessidade de uma gestão sustentável do território, aplicando questionários de monitorização dos riscos, no meio local’. Na nossa opinião, este aspeto associa-se a vários dos descritores de desempenho colocados no quadro anterior, como: ‘Expor perigos para a humanidade e para o ambiente resultantes do uso não sustentável de recursos naturais’, ou ‘Expor práticas de produção e consumo de estilos de vida não sustentáveis aos níveis local, regional, nacional e internacional’.

Assim, pensamos que os conteúdos do 7º ano de escolaridade da disciplina de Geografia, permitem incutir uma ‘mentalidade sustentável’ nos alunos. As suas AE vão ao encontro desta temática, sensibilizando e motivando os jovens. Uma vez que nas aulas são explorados vários problemas, em conjunto com as aulas de Cidadania, é possível abordar práticas mais sustentáveis que, no seu quotidiano, podem implementar. Tal permitirá que os estilos de vida de várias famílias se vão alterando, passando estas a assumir posturas mais ‘conscientes’ nas suas escolhas e decisões.

Devemos ainda dar destaque a outra AE: ‘Descrever exemplos de impactes da ação humana no território, apoiados em fontes fidedignas’. Apesar de, atualmente, o ambiente e a sustentabilidade serem temas muito abordados, as notícias/reportagens veiculadas pelos *mass media* e redes sociais, que muitos jovens adotam como ‘fonte de informação’, podem induzir em erro ou ilustrar apenas uma perspetiva. Cabe a nós, docentes, alertar os alunos para o perigo das *fake news*, desenvolvendo nos alunos um espírito crítico, sempre pronto a questionar a veracidade das notícias. Tal como refere Camargos (2017, p.198),

“(…) a finalidade do ensino de geografia é proporcionar aos alunos a possibilidade de pensar nos fatos e acontecimentos sob vários olhares, ou seja, aprender a olhar de ângulos e maneiras diferentes, compreendendo várias explicações, na certeza de que o espaço geográfico engloba muito além do que aquilo que os olhos veem.”

2. Apresentação do estudo de caso

2.1. Breve caracterização da Escola Secundária João Gonçalves Zarco

A IPP a que corresponde o presente relatório, teve lugar, como referimos, na Escola Secundária Joaquim Gonçalves Zarco (ESJGZ), situada na União de freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira, no extremo sul do município de Matosinhos (figura 2).

De acordo com o Projeto Educativo da escola¹¹, a ESJGZ, com 66 anos de existência, já teve várias denominações. Em 1955 é inaugurada como Escola Industrial e Comercial de Matosinhos, assim permanecendo até ao ano de 1979, quando passa a designar-se Escola Secundária nº1 de Matosinhos. É apenas em 1995, que a escola passa a ter o nome que conhecemos atualmente.

Figura 2 - Localização da Escola Secundária João Gonçalves Zarco.



¹¹ <https://www.zarco.pt/site/wp-content/uploads/docorientador/pe.pdf> Acesso a 20-04-2021.

No ano de 2009, a ESJGZ foi alvo de uma requalificação, no âmbito do projeto de intervenção da empresa Parque Escolar, possuindo atualmente, excelentes infraestruturas.

Uma vez que a escola é servida por uma alargada rede de transportes públicos e vias de comunicação, conferindo-lhe uma boa acessibilidade, a mesma é procurada por populações não só de Matosinhos, mas, também, de várias localidades próximas.

A oferta educativa da escola engloba o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário regular (designadamente, os cursos de Línguas e Humanidades – LH -, Ciências e Tecnologias - CT - e Ciências Socioeconómicas - CSE -) e profissional (com os cursos de Técnico de Informática, Técnico de Desporto, Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico Restaurante/Bar, Técnico de Ação Educativa). Todos estes incluem áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, assim como uma área transversal – a Educação para a Cidadania – que integra a valorização da Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável nos seus pressupostos.

Através dos dados divulgados no início do ano letivo, frequentavam a escola 1218 alunos, distribuídos por 48 turmas pelos diversos níveis de ensino, como é possível verificar nas tabelas 3, 4 e 5.

Tabela 3 - Alunos da ESJGZ no ano letivo 2020/2021.

ESJGZ	Turmas	Número de Alunos
Ensino Básico	15	431
Ensino Secundário	20	559
Ensino Profissional	13	228
Total	48	1218

Fonte: ESJGZ.

Tabela 4 - Distribuição dos alunos por ano de escolaridade da ESJGZ.

ESJGZ	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Profissional
Ano de escolaridade	7º	8º	9º	10º	11º	12º	
Nr. de Turmas	5	6	5	7	8	9	13
Número de alunos	140	157	134	184	183	192	228
Total de Turmas	15			20			13
Total de Alunos	431			559			228

Fonte: ESJGZ.

Tabela 5 - Distribuição dos alunos do ensino secundário por curso da ESJGZ.

ESJGZ	Ensino Secundário								
Ano de escolaridade	10º			11º			12º		
Curso	CT	CSE	LH	CT	CSE	LH	CT	CSE	LH
Nr. de Turmas	4	1	2	4	2	2	5	2	2
Nr. de Alunos	100	28	56	94	40	49	100	40	52

Fonte: ESJGZ.

No que concerne ao pessoal docente, no início do ano letivo, 160 professores pertenciam ao Quadro de Escola e apenas 11 eram contratados, 2 aguardavam colocação e 2 eram professores de Ensino Especial.

Relativamente ao pessoal não docente, a escola JGZ possuía 24 operacionais, 12 técnicos, 6 técnicos superiores (onde está incluído uma psicóloga) e 2 psicólogos do Centro Qualifica.

A escola encontra-se ainda envolvida no projeto Eco-Escolas, que foi desenvolvido durante as aulas de Cidadania e Desenvolvimento. Num *quiz* relativo à Economia

Circular, promovido pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e o programa Eco-Escolas, uma das turmas incluídas neste estudo obteve dois lugares no top cinco, sendo um deles o vencedor.

2.2. Contexto letivo e metodológico

O ano letivo de 2020/2021, que corresponde ao intervalo de tempo em que efetuamos o nosso estágio curricular, está dividido em dois semestres, cada um dos quais abrangendo dois períodos, de acordo com o esquema apresentado na tabela 6.

Devido ao calendário escolar estar dividido por semestres, a carga semanal da disciplina de Geografia é de 5 blocos de 50 minutos por semana, ou seja, duas aulas de 100 minutos e uma aula de 50 minutos. Ao longo do ano escolar tive a possibilidade de assistir a 87 blocos de Geografia, lecionados pela supervisora de estágio, a professora Marina Vicente, e pela colega de estágio Daniela Matias. Com a permissão dos docentes da disciplina, tivemos ainda a oportunidade de presenciar 26 blocos de Cidadania e Desenvolvimento, disciplina lecionada pela supervisora, pelo professor João Moura e pelo professor José Paulo Santos, a quem agradecemos toda a disponibilidade que sempre demonstraram ao longo do ano letivo. Para além disso, lecionamos 36 blocos de Geografia, distribuídos pelas cinco turmas de sétimo ano. Devido ao contexto pandémico, ambas as disciplinas tiveram momentos de ensino à distância (E@D) através da plataforma *Google Meet*, permitindo-nos experienciar esta modalidade ‘virtual’ de ensino-aprendizagem.

Saliente-se, ainda, que nos foi dada a possibilidade de assistir a reuniões de avaliação dos alunos, permitindo-nos fazer parte de uma atividade essencial na nossa futura carreira profissional, para além de nos facultar as diferentes opiniões dos professores relativamente às turmas.

Tabela 6 - Calendário Escolar.

Semestre	Período	Início	Fim
1º Semestre	1º Período	17 de setembro de 2020	11 de novembro de 2020
	2º Período	16 de novembro de 2020	29 de janeiro de 2021
2º Semestre	3º Período	3 de fevereiro de 2021	16 de abril de 2021
	4º Período	19 de abril de 2021	18 de junho de 2021

Fonte: <https://www.zarco.pt/site/>

No total acompanhamos 5 turmas do 7º ano de escolaridade, de acordo com o esquema expresso na tabela 7. No início do ano letivo todas as turmas eram compostas por 28 alunos, porém três turmas viram o seu número ser reduzido a 27.

Tabela 7 - Distribuição das turmas por disciplina e por períodos.¹²

Semestre	Período	Geografia	Cidadania e Desenvolvimento
1º Semestre	1º Período	7ºB, 7ºD, 7ºE	7ºA, 7ºC
	2º Período	7ºA, 7ºC	7ºB, 7ºD, 7ºE
2º Semestre	3º Período	7ºB, 7ºD, 7ºE	7ºA, 7ºC
	4º Período	7ºA, 7ºC	7ºB, 7ºD, 7ºE

¹² A designação real das turmas foi alterada.

Como referimos na introdução do nosso relatório, a metodologia aplicada para ‘conhecer e compreender a perspetiva dos alunos sobre o contributo da disciplina de Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável’, baseou-se na aplicação de dois inquéritos por questionário, administrados em momentos distintos e considerando igualmente amostras diferenciadas.

As turmas inquiridas eram bastante homogéneas no que diz respeito ao número de alunos, género e idade, tal como se pode verificar na tabela 8.

Das cinco turmas inquiridas (A, B, C, D e E), o 7ºA, o 7ºB, o 7ºC e o 7ºE, são bastante semelhantes. A única turma que se destaca, pela positiva, é o 7ºD. Os alunos desta turma são todos bastantes autónomos, procuram sempre saber mais, cumprem com todos os trabalhos e apresentaram sempre um comportamento excecional. As quatro restantes turmas são razoáveis. Nestas turmas existem bons alunos, com um bom comportamento, postura e cumpridores, mas também alunos com algumas dificuldades, que necessitaram de mais acompanhamento e ajuda.

Tabela 8 - Caracterização das turmas inquiridas.

ESJGZ	Número de Alunos	Sexo Feminino (%)	Sexo Masculino (%)	Média de Idades
Turma A	28	43	57	11,9
Turma B	27	44	56	11,7
Turma C	27	48	52	11,7
Turma D	27	52	48	Sem inf.
Turma E	28	50	50	11,9

Fonte: ESJGZ.

O primeiro questionário (anexo 2) foi aplicado apenas na turma A do 7º ano de escolaridade e na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, em dois momentos: no início e final do 3º período. É um questionário simples constituído por duas secções, sendo a primeira destinada à obtenção de alguns dados dos inquiridos (idade, género, freguesia e concelho de residência), enquanto a segunda solicita a definição ‘síntica’ de alguns conceitos que seriam abordados nas aulas (figura 3). Como se depreende, a sua finalidade era conhecer a perspetiva dos alunos sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável, antes e após a sua discussão em sala de aula. Ou seja, analisar os seus ‘pré-conceitos’ e comparar com os resultados expressos após a abordagem efetiva do tema.

Foi respondido por 27 alunos, com idade compreendida entre os 12 (63%) e os 13 anos (37%), maioritariamente do género masculino (56%), residindo sobretudo no concelho de Matosinhos (figura 4).

O segundo questionário, foi aplicado a todas as turmas de sétimo ano de escolaridade. Já os resultados foram separados para que fosse possível comparar e analisar se existem diferenças entre a turma onde foi aplicado o primeiro questionário (7ºA) e as restantes turmas (7ºB, 7ºC, 7ºD, 7ºE) onde só foi aplicado o segundo questionário.

Figura 3 - Perguntas abertas/conceitos do primeiro questionário.

- I. De forma muito sintética diz o que entendes por:
- 1) Geografia:
 - 2) Cidadania:
 - 3) Desenvolvimento:
 - 4) Sustentabilidade:
 - 5) Prosperidade:
 - 6) Paz:
 - 7) Dignidade humana:
 - 8) Educação:
 - 9) Igualdade de género:
 - 10) Sociedade justa:
 - 11) Proteção do ambiente:

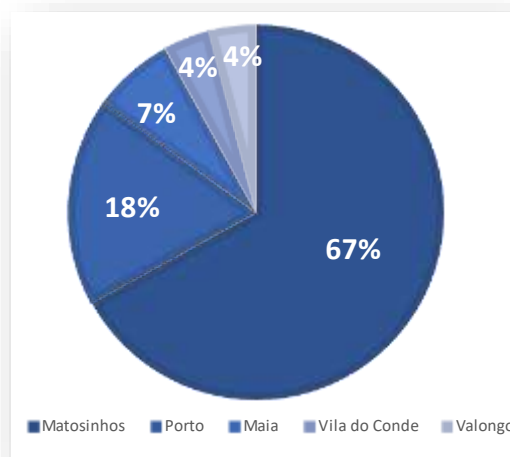


Figura 4 - Concelhos de residência dos inquiridos.

Este segundo questionário (anexo 3), foi aplicado no 4º e último período escolar. Durante as aulas de Geografia foi explicado o objetivo do mesmo aos alunos e, como referimos na introdução, respondido através da plataforma *Google Forms* de forma autónoma pelos mesmos. Comparado com o primeiro questionário, este é já mais elaborado, com 5 secções e 7 questões no total. Foi respondido por 88 alunos, das cinco turmas de sétimo ano, sendo que 27 correspondem ao 7ºA (turma que respondeu ao primeiro questionário) e os restantes 61 alunos às outras turmas.

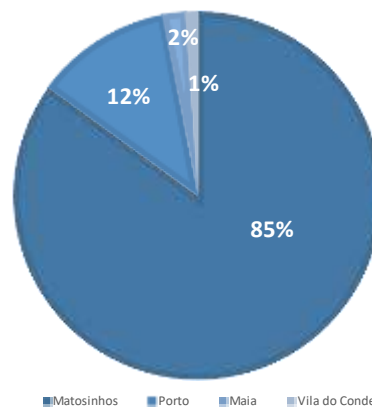


Figura 5 - Concelhos de Residência dos alunos inquiridos.

A primeira secção destina-se, igualmente, à aquisição de dados relativos aos inquiridos (idade, género, freguesia e concelho de residência). Já a segunda secção, com uma pergunta de escolha múltipla, pretendia determinar quais os conceitos que os alunos mais associam à disciplina de Geografia, podendo assinalar 5 dos 10 presentes. Na terceira secção, relacionada com questões de interligação disciplinar, optamos por uma matriz constituída por diversas frases, a que os alunos responderiam utilizando uma escala de Likert, escolhendo-se igualmente este esquema tal para a terceira pergunta desta secção, relativa ao desenvolvimento. Já a segunda questão desta mesma secção, solicitava a classificação, de 1 a 10 (onde 1 é o mais importante e 10 o menos importante), sobre áreas problemáticas no futuro, representando vários temas estudados nas aulas. Na quarta secção relativa a questões do dia a dia, foi utilizada a escolha múltipla como modo de resposta. No que diz respeito à quinta e última secção do questionário, de resposta livre, pretendia-se obter a opinião dos alunos sobre o tema deste questionário, ou seja, se consideram que a Geografia contribui (ou não) para um futuro sustentável.

3. Apresentação e análise de resultados

3.1. Primeiro questionário: os conceitos

O facto deste questionário ter sido aplicado a uma turma de 7º ano de escolaridade, o primeiro em que a Geografia surge como disciplina autónoma, implica que, quando questionados sobre o que entendem por 'Geografia', a sua resposta seja muito condicionada por pré-conceitos.

Nas aulas de iniciação à disciplina, antes de ser explicado o conceito de Geografia, foi pedido aos alunos que, através da plataforma *Mentimeter*, submetessem até 3 palavras que associassem a Geografia (figura 6).

Figura 6 - Conceito de Geografia no início do 2º Período.



Posteriormente, como explicado na metodologia, solicitamos uma definição escrita já após o conceito ter sido explorado em sala de aula, pedido que repetimos no final do 3º período, na sequência da abordagem de vários temas. Neste caso, as 'respostas' tendem a ser muito condicionadas pelo que ouviram e memorizaram das aulas (figura 7)¹³, associando-se aos conteúdos lecionados, designadamente, os temas e subtemas

¹³ Recorde-se que, para estas definições escritas, utilizamos o *WordClouds*. Para uma melhor compreensão das figuras, note-se que os termos escolhidos pelos alunos são representados na imagem através de variações na dimensão da letra, tanto maior ou menor em função da frequência/repetição das palavras nos textos dos alunos.

das Aprendizagens Essenciais: 1) A terra: Estudos e representações; 1a) Descrição da Paisagem; 1b) Mapas como forma de representar a superfície terrestre e Localização dos diferentes elementos da superfície terrestre; 2) Meio natural; 2a) Clima e Formações Vegetais; 2b) Relevo.

Figura 7 - Conceito de Geografia no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 15|15.



Comparando os três resultados, podemos perceber as suas diferenças. Antes de ser explicado e explorado o conceito de Geografia, os alunos optaram por palavras relacionadas com temas que pensam ser debatidos nesta disciplina: os países, a Terra/mundo, as paisagens, continentes ou cidades. Apesar do termo 'superfície terrestre' já aparecer no *Mentimeter*, podemos perceber que a sua expressividade é bastante inferior quando comparada a outros termos já referidos.

No entanto, após termos explorado o conceito de Geografia, no 3º Período, as palavras escolhidas pelos alunos para definir Geografia são bastante diferentes das anteriores. É interessante verificar, por exemplo, que algumas palavras, tais como 'ciência eclética', são expressas nos dois momentos de aplicação do questionário (cf. figura 7), designação utilizada na aula para demonstrar a diversidade de temas que a Geografia aborda, pela sua característica única que reside na capacidade de interligação entre a natureza e a sociedade. Da mesma forma, diversas vezes foram questionados sobre o

objeto de estudo da Geografia (questão que fez, inclusivamente, parte do seu teste de avaliação), daí terem fixado termos como ‘superfície terrestre’ ou ‘espaço geográfico’.

No entanto, podemos considerar que não existem diferenças muito significativas no conceito de Geografia apresentado antes e no final do 3º período. Varia, no entanto, a dimensão com que são representados alguns termos (função da frequência com que são referidos), assim como alguns são exclusivos de cada momento/nuvem. A título de exemplo, refiram-se os casos de ‘localização’ (maior em 1) e ‘paisagens’ (maior em 2) e, como exclusivos, ‘relevo’/‘ambiente’ (em 1) e ‘mundo’/‘mapas’ (em 2).

É possível ainda destacar o aumento da expressão ‘meio ambiente’, que vê a sua dimensão aumentar no fim do 3º Período, devido à interligação disciplinar que sempre se tentou promover durante as aulas de Geografia e de Cidadania e Desenvolvimento.

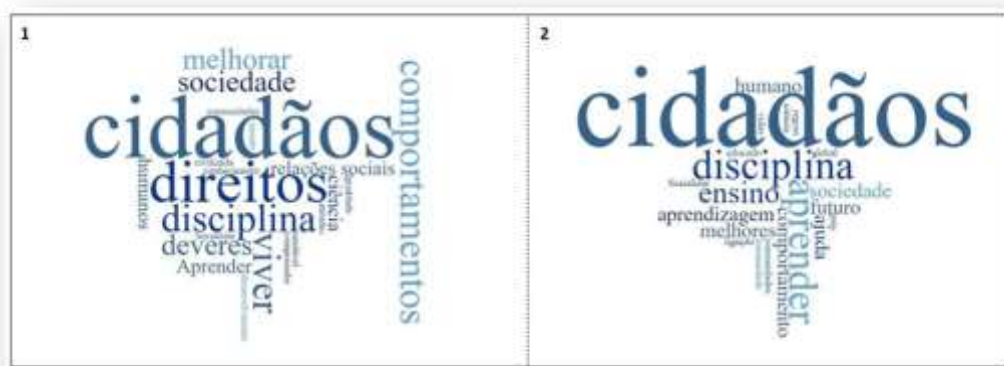
Abordemos, então, o conceito de cidadania na aceção dos estudantes. De acordo com o *Guia de Educação – Género e cidadania* do 3ºciclo, a cidadania é um

“(...) conceito que envolve questões relativas a direitos e a deveres, bem como as ideias de igualdade, diversidade e justiça social. Não se reportando apenas ao ato de votar, o conceito de cidadania inclui todo um conjunto de ações praticadas por cada pessoa com impacto na vida da comunidade (local, nacional, regional e internacional), indissociáveis do espaço público em cujo contexto as pessoas podem agir em conjunto” (Nogueira, C. [et al.], 2010).

Observando as nuvens resultantes das propostas de definição dos alunos, verifica-se que, no início do período, os alunos escolheram termos como ‘direitos’ e deveres’, indo ao encontro do conceito apresentado (figura 8).

Na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, pretende-se que os alunos entendam que a Cidadania é o pilar da Democracia. Foi-lhes explicado que, durante as aulas desta disciplina, se esperava que desenvolvessem o seu espírito crítico, conseguissem clarificar as suas ideias, manifestassem opiniões e respeitassem a dos outros, tentando também melhorar a sua expressão oral e escrita. Durante as aulas falamos sobre o que era ser um bom cidadão, abordamos a igualdade de género e os direitos humanos, temas sempre que possível acompanhados por vídeos adequados (por exemplo, refletindo os 30 artigos da declaração universal dos direitos humanos).

Figura 8 - Conceito de Cidadania no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 22|22.



Analisando a nuvem do segundo momento, podemos observar que a ‘passagem do tempo’ tornou o conceito de cidadania mais claro para os alunos. E, no âmbito da disciplina, consideram que os ajudará no futuro, enquanto cidadãos, contribuindo para a sua ‘aprendizagem social’.

Mas avancemos para os conceitos de ‘desenvolvimento’ (figura 9) e ‘sustentabilidade’ (figura 10).

É comum confundirmos o termo ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘sustentabilidade’. De acordo com Faustino e Amador (2016), apesar dos termos apresentarem características em comum e semelhanças não podem ser considerados sinónimos. Ambos os conceitos estão relacionados a problemas ambientais e possuem uma interligação com a economia e a sociedade. Para estes autores, o desenvolvimento sustentável está dependente de uma combinação entre o crescimento económico, o desenvolvimento humano e uma qualidade a nível ambiental. E enquanto o desenvolvimento sustentável pode ser classificado como uma espécie de processo de transformação, a sustentabilidade pode ser considerada com o objetivo desse desenvolvimento.

Figura 11 - Conceito de Prosperidade no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 15 | 19.



Ainda assim, no segundo momento, os termos ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’ são de destacar. Ainda que não especifiquem a que níveis se referem, é possível concluir que, na perceção dos alunos, para se ‘prosperar’ tem que existir desenvolvimento.

Frequentemente este conceito é relacionado com a vertente económica, o que não parece ser o caso, uma vez que nenhuma das palavras está ligada à economia. Apesar do conceito em si nunca ter sido discutido de forma explícita nas aulas, foram abordadas regras básicas de responsabilidade de um cidadão, para que os alunos pudessem melhorar. Nesses momentos, foi apelado a valores e atitudes emocionais, para que fossem sempre educados, bondosos e tivessem uma atitude de companheirismo uns para com os outros. Pelas respostas dos alunos inquiridos, podemos concluir que, prosperar, na visão dos alunos implica que a tomada de atitudes a partir de cada um de nós.

Mas há conceitos que assumem uma grande semelhança nos dois momentos em que foram solicitados. É o caso de ‘Paz’ (figura 12) - que os inquiridos relacionam com ‘espírito de harmonia’, sossego, tranquilidade e a inexistência de guerras/sem conflitos bélicos – ou mesmo o de ‘dignidade humana’ (figura 13), talvez porque se referem a aspetos mais objetivos, sem conotações ou definições teóricas que se afastam mais do significado com que se aplicam no quotidiano.

Figura 12 - Conceito de Paz no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 24|25.

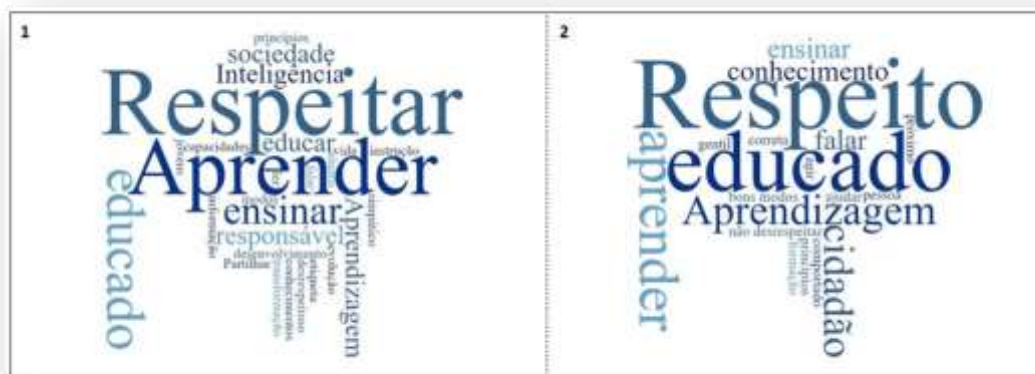


Figura 13 - Conceito de Dignidade Humana no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 22 | 22.



Poderíamos dizer algo similar relativamente a ‘Educação’, embora seja algo mais complexo e que pode ser alvo de discussão e reflexões muito distintas. No entanto, em ambos os momentos de aplicação do questionário são comuns os 3 termos mais utilizados pelos alunos: ‘respeito’, ‘aprender/aprendizagem’ e ‘educado’ (figura 14). No entanto, no segundo momento observa-se a introdução de novas palavras, como ‘cidadão’, ou a substituição de ‘inteligência’ por ‘conhecimento’. E, para os alunos, ter ‘educação’ não é só ter acesso à aprendizagem ou à escola: é também ser um cidadão, com ‘bons modos e princípios’, com uma ‘formação’ adequada à sociedade do ‘conhecimento’.

Figura 14 - Conceito de Educação no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 27|19.



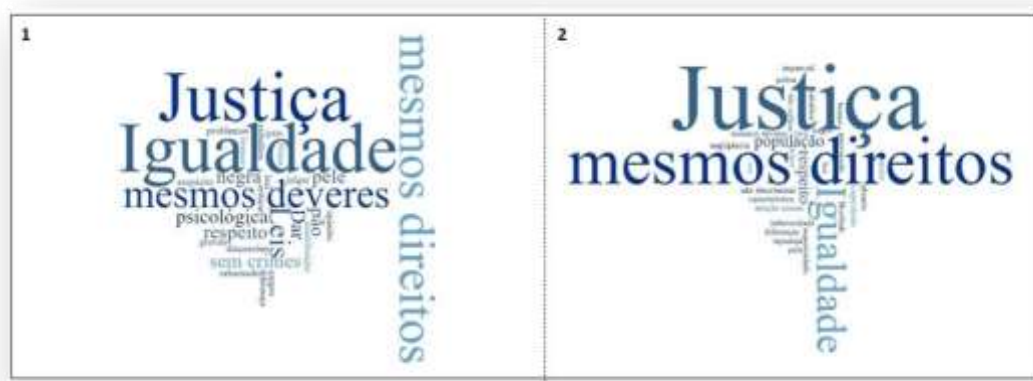
Relativamente ao conceito de ‘Igualdade de Género’, também podemos considerar que, entre o primeiro e o segundo momento, não existem muitas diferenças ao nível das palavras utilizadas. Tal deve-se, provavelmente, ao facto deste tema ter sido explorado na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, ainda durante o 1º Período. Durante as aulas foram realizados diversos exercícios e debates, discutindo-se, por exemplo, o que são ‘estereótipos’. Pelas respostas dos alunos, podemos perceber que a ‘igualdade de género’ envolve a defesa dos mesmos direitos e deveres para Homens e Mulheres.

Figura 15 - Conceito de Igualdade de Género no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 27|26.



O conceito de ‘Sociedade Justa’ (figura 16), partilha, na nossa opinião, muitas ideias associadas ao conceito anterior. De qualquer modo, para além da palavra ‘justiça’, que se destaca pela evidente ligação ao conceito, há aspetos que se distinguem. Embora possam aparecer traduzidos por palavras diferentes em (1) e (2), estão implícitas referências a ‘preconceito/discriminação’ (‘inferioridade/superioridade’), em função da ‘raça/cor da pele’, economia – ‘ricos/pobres’ - ou liberdade.

Figura 16 - Conceito de Sociedade Justa no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 28|30.



Sobre a ‘proteção do ambiente’ (figura 17), ressaltamos sobretudo o destaque que é dado, no segundo momento, à ‘proteção/preservação’ da natureza, substituindo a relevância anteriormente concedida à ‘poluição’.

Figura 17 - Conceito de Proteção do Ambiente no início (1) e final (2) do 3º período. Número de palavras: 28|27.



Em termos gerais, após uma análise dos 11 conceitos solicitados – antes e após a sua abordagem em sala de aula -, podemos concluir que as alterações não são muito significativas. Em várias definições escritas os alunos optaram por escolher sinónimos, embora se verifique, em alguns casos mais específicos e de utilização ‘menos vulgar’, que as diferenças se acentuem. Por outro lado, nota-se que tiveram dificuldade em assimilar alguns conceitos, de forma explícita (‘não sei’), no caso do de ‘prosperidade’ e pelas palavras utilizadas no caso de ‘sustentabilidade’, que associam a ‘dinheiro’.

3.2. Segundo questionário: contributo da Geografia para a promoção do desenvolvimento sustentável

A disciplina de Geografia, através da sua abordagem e capacidade de interligação de diversos temas a diferentes escalas, representa uma das áreas disciplinares que melhor pode contribuir para a formação de crianças e jovens enquanto cidadãos responsáveis, que irão ter impacto no ‘rumo’ futuro das comunidades em que se inserem.

Segundo Machon e Walkington (2000), a Educação Geográfica e a Educação para a Cidadania têm vários aspetos em comum, designadamente ao nível do desenvolvimento de valores e atitudes, conceitos e capacidades (figura 18). Com efeito, partilham o sentido de justiça social, o de pertença ‘territorial’ e a uma

comunidade, a empatia e o respeito e valorização pela ‘diversidade. Estes valores e atitudes fundamenta-se em conceitos de interdependência – pois não há ‘fenómenos’ isolados no meio ambiente ‘físico’ e ‘humano’ -, de sustentabilidade e mudança – pois o mundo evolui permanentemente, a diferentes escalas espaciais e temporais, sendo necessário garantir o seu usufruto de forma equilibrada - o espaço vivenciado e a sua diversidade cultural. No que diz respeito às capacidades/competências, os autores referidos salientam o pensamento crítico, a capacidade de tomar decisões e o poder de reflexão, que, no fundo, constituem a base de uma educação centrada e orientada para o indivíduo.

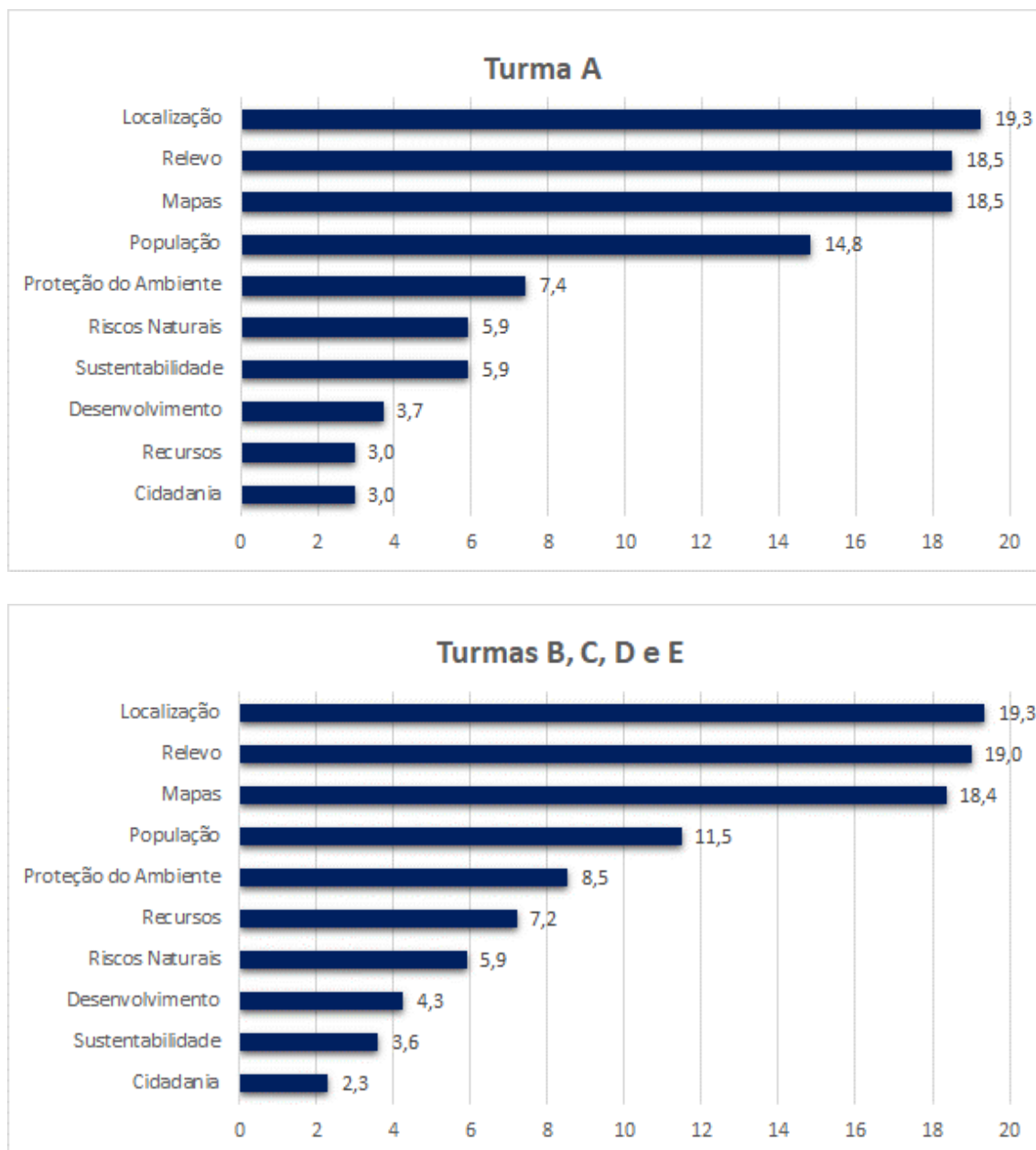
Figura 18 - Alguns dos valores, conceitos e habilidades compartilhados pela Educação de Cidadania e Geografia, segundo Machon e Walkington (2000).

<i>Values and attitudes</i>	<i>Concepts</i>	<i>Skills</i>
• Social justice • A sense of place • A sense of community • Empathy • Respects and values diversity	• Interdependence • Sustainability • Change • Place • Cultural diversity	• Critical thinking • Decision-making • Reflection

O segundo questionário aplicado, cujos resultados vamos analisar neste ponto, foi orientado no sentido de responder a um propósito primordial do nosso relatório: conhecer e compreender as perspectivas dos estudantes sobre a disciplina de Geografia e o seu contributo para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável.

Começando pelos conceitos/termos que associam à Geografia – primeira secção do questionário que engloba perguntas específicas sobre o tema – verificamos, de acordo com a figura 19, que todas as turmas estão em concordância com os cinco principais conceitos: localização, relevo, mapas, população e proteção do ambiente. Para além disso, também é comum a escolha do que menos associam à disciplina: cidadania. Os únicos conceitos que não se encontram nas mesmas posições em ambos os casos, são os ‘riscos naturais’, a ‘sustentabilidade’, o ‘desenvolvimento’ e os ‘recursos’.

Figura 19 - Conceitos mais associados a Geografia.

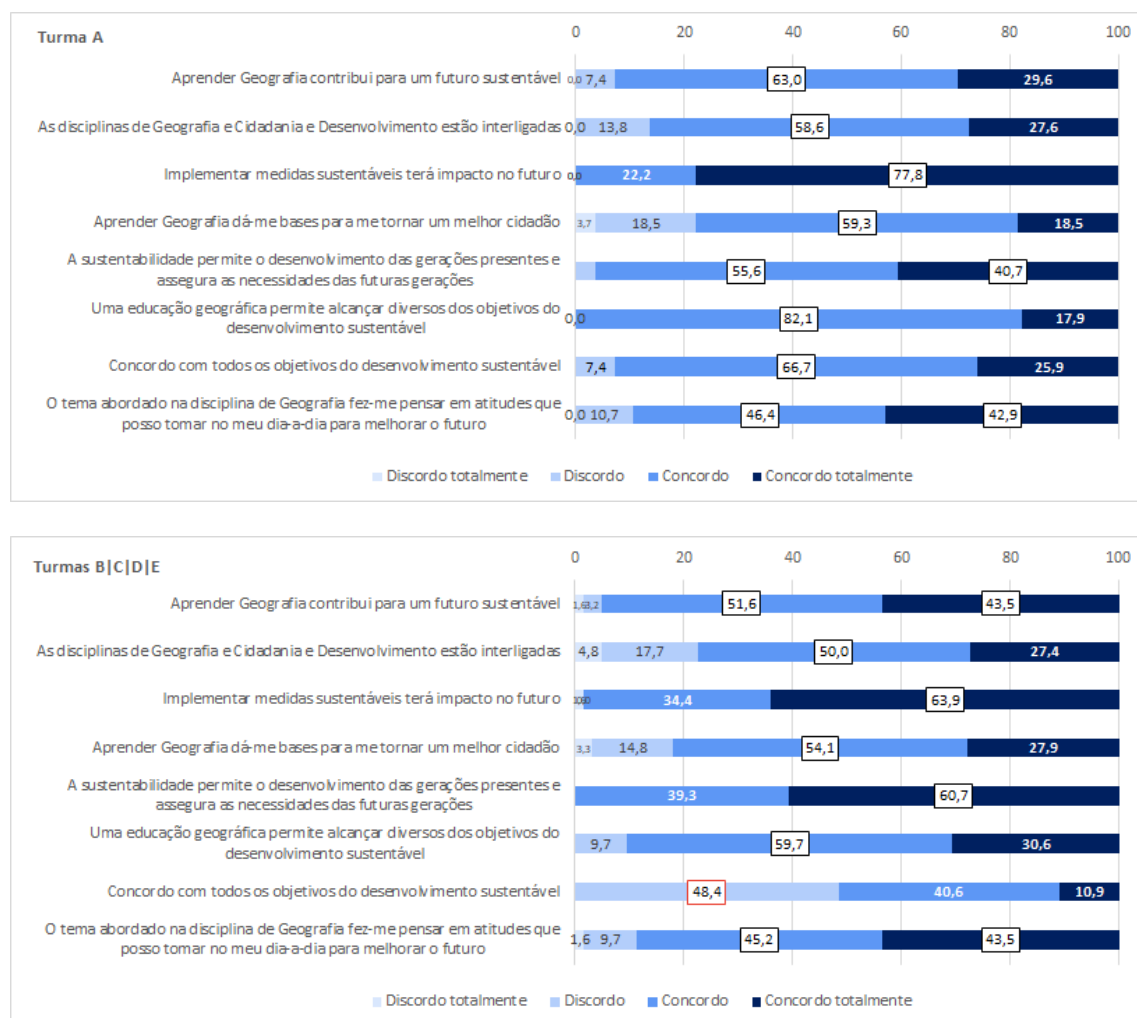


Passando à terceira secção do questionário, a primeira pergunta, feita sob forma de matriz, integrava uma série de afirmações relacionadas com a educação geográfica, a ligação entre a Geografia e a Cidadania e Desenvolvimento e sobre aspetos ligados ao desenvolvimento sustentável (DS) (figura 20).

Não é fácil fazer uma leitura cruzada dos resultados das duas turmas, até porque as diferenças, como acontecia no caso anterior, não são muito significativas.

Efetivamente, a tendência observada é de concordância com todas as afirmações, variando a percentagem entre os graus ‘concordo’ e ‘concordo totalmente’.

Figura 20 - Grau de concordância/discordância relativo às afirmações.



Neste sentido, há afirmações mais consensuais entre a turma A e as restantes turmas, como é o caso de considerarem ser importante ‘implementar medidas sustentáveis’ e que ‘os temas abordados em Geografia’ os motivaram a pensar em práticas que podem assumir no seu quotidiano para promover um futuro melhor, embora assumam que Geografia e Cidadania e Desenvolvimento são disciplinas que se articulam.

As afirmações em que se observam diferenças relativas, revelam posturas que podemos distinguir em função da percentagem superior do grau de concordância total. Assim, as turmas ‘BCDE’ são mais afirmativas relativamente ao contributo das

aprendizagens em Geografia para um ‘futuro sustentável’, assim como sobre o conceito de ‘sustentabilidade’, cuja afirmação assume a definição do Relatório Brundtland. A turma A, salienta a educação geográfica como essencial para alcançar os objetivos do DS, destacando-se, no entanto, pelo fato de ser muito mais veemente na sua concordância com todos os ‘objetivos de desenvolvimento sustentável’ (ODS). Aliás, esta afirmação é a que mais distingue as duas turmas: se na turma A 92.6% dos alunos concordam/concordam totalmente com todos o ODS, em BCDE a percentagem dos que discordam chega quase aos 50%.

Passando à pergunta seguinte, onde solicitamos aos alunos que ordenassem, dos mais para os menos importantes, os 10 temas/problemas que poderiam assumir maior gravidade no futuro, não foi simples aferir os resultados. Começamos por elaborar, em Excel, uma tabela com barras de dados (figuras 21 e 22), representativas da seriação feita pelos estudantes das ‘duas’ turmas. Ou seja, contabilizamos o número de alunos, depois transformado em percentagem, que escolheram cada tema em 1º, 2º, 3º, e 10º lugar. Tal permitiu-nos identificar, através do somatório dessas percentagens, a ordem de importância atribuída a cada tema, representando-se graficamente os resultados (figuras 23 e 24).

O que podemos observar, é que a seriação atribuída pelos dois conjuntos de alunos é coincidente em alguns temas/problemas. Os Direitos Humanos foram colocados mais vezes em primeiro lugar, escolhido por 25,9% dos elementos da turma A e 32.8% na ‘BCDE’. Nos gráficos de barras este posicionamento é mais claro, demonstrando que este tema foi identificado pelos alunos como o mais suscetível, talvez reconhecendo que os ODS dependem, em larga escala, do cumprimento desses direitos.

Em posição oposta, mas coincidente, situa-se o Crescimento Económico, ocupando o 9º e 10º lugares no ‘ranking’ definido pelo conjunto de estudantes. Aliás, este posicionamento é bastante visível nos gráficos, situando-se nas barras mais escuras da sequência amarelo-castanho que utilizamos para representar os cinco últimos lugares.

Figura 21 - Distribuição percentual da seriação dos temas/problemas elaborada pelos alunos da Turma A.



Figura 22 - Distribuição percentual da seriação dos temas/problemas elaborada pelos alunos das Turmas 'BCDE'.

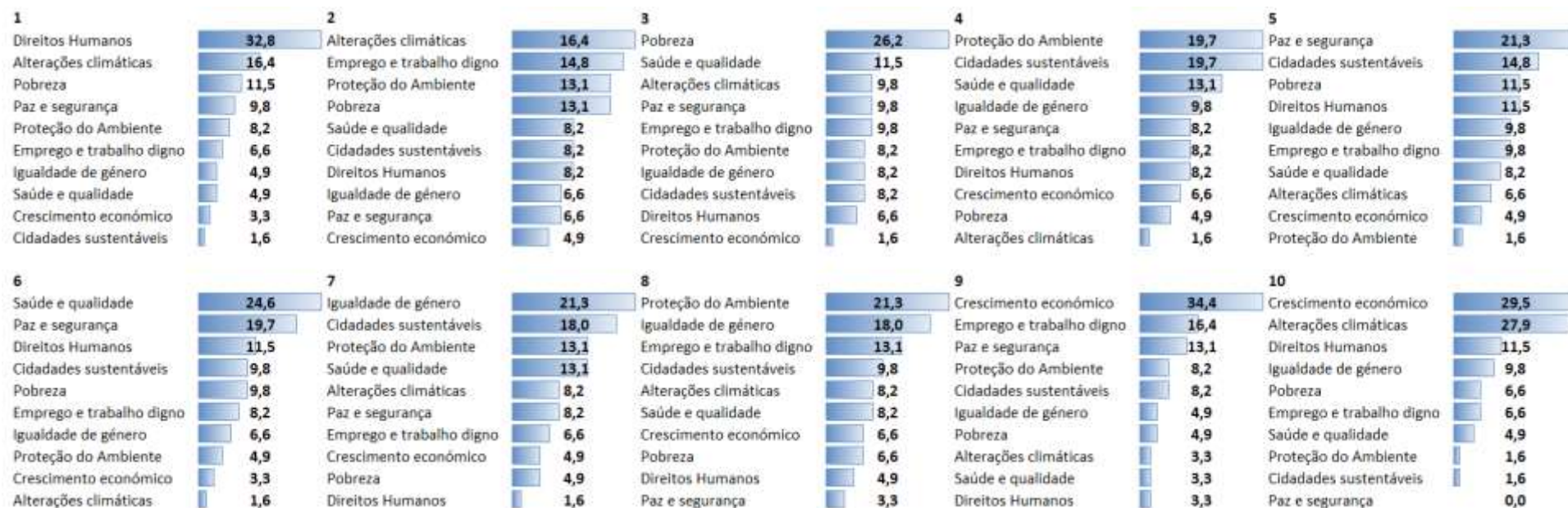


Figura 23 - Classificação de 1 (mais importante) a 10 (menos importante) das áreas que poderão representar um maior problema futuramente pela turma A.

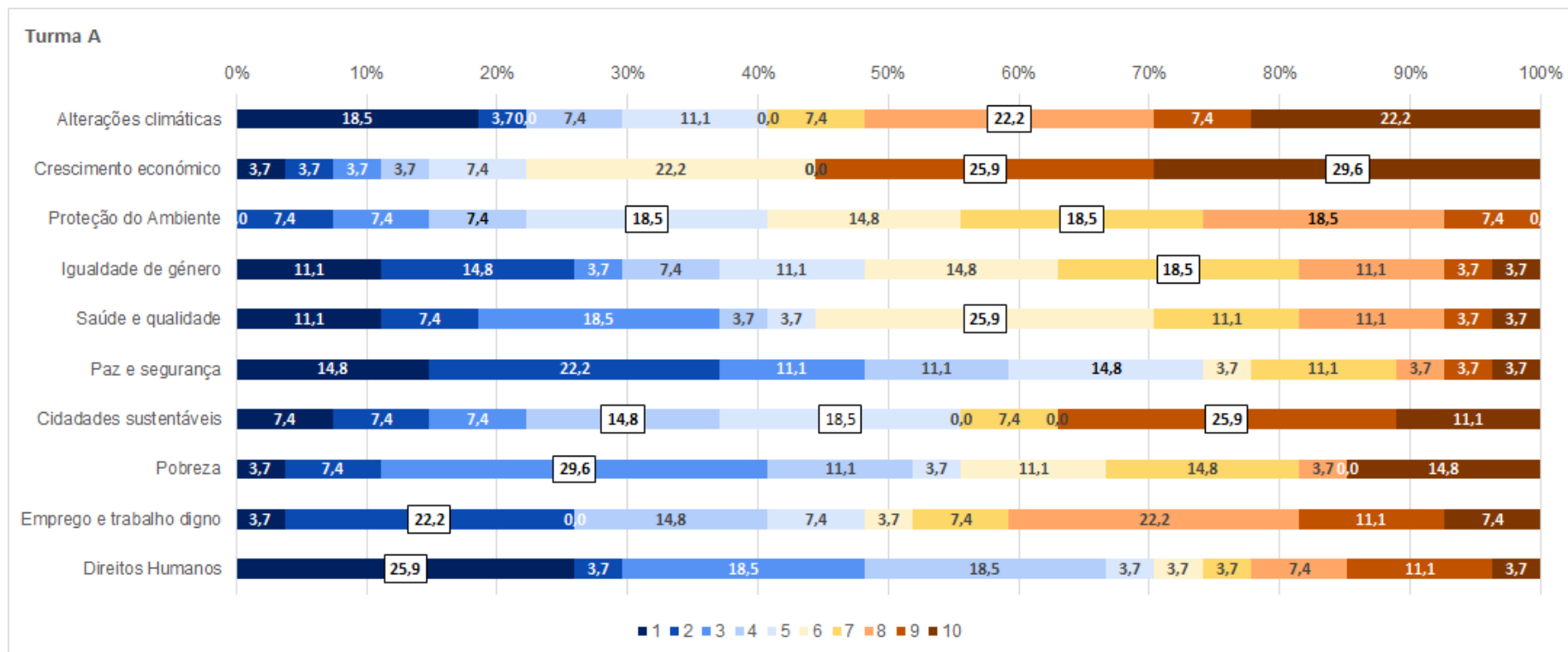
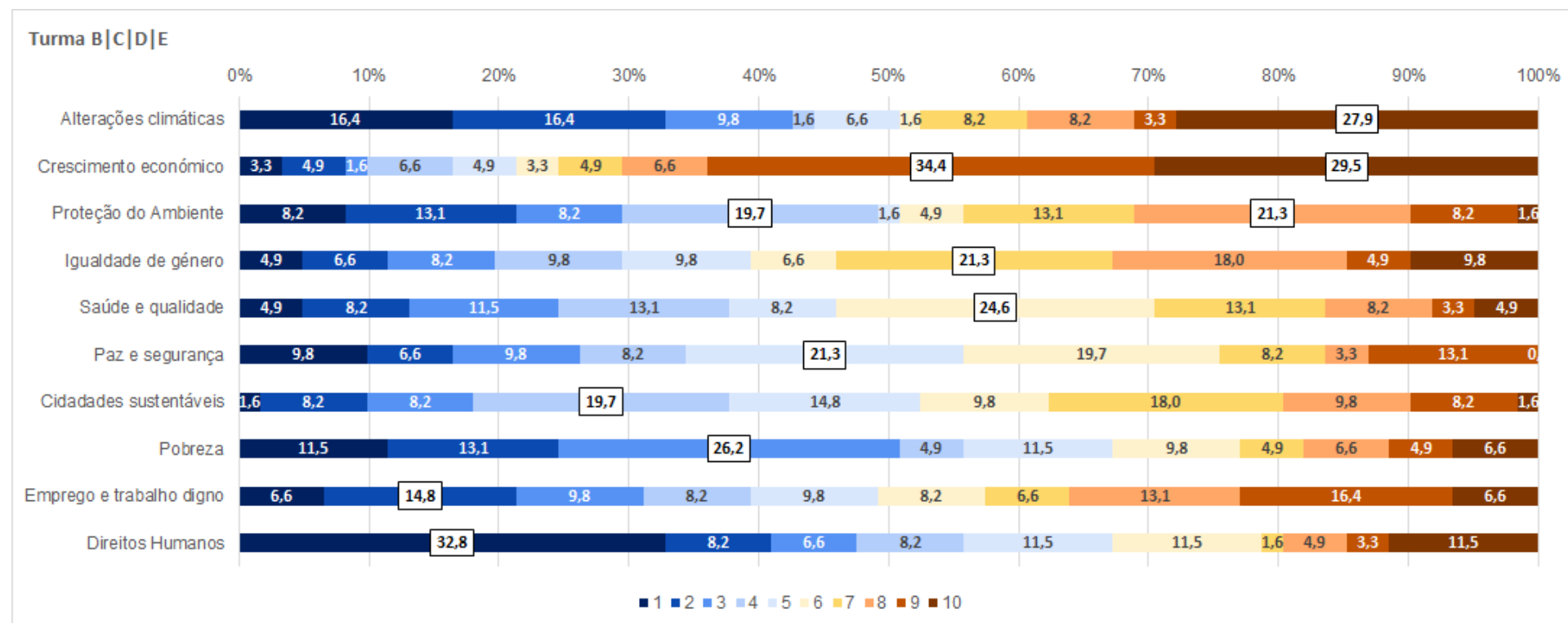


Figura 24 - Classificação de 1 (mais importante) a 10 (menos importante) das áreas que poderão representar um maior problema futuramente pelas turmas 'BCDE'.



A Pobreza é igualmente um tema que reúne o consenso de todos os alunos, ocupando a 3ª posição, assim como a Saúde de Qualidade, embora se situe em 6º lugar.

Ao nível das diferentes posturas, salientamos a 2ª posição atribuída à Paz e Segurança na turma A, enquanto as Alterações Climáticas são a escolha dos alunos ‘agrupados’. E este tema/problema só assume posição cimeira, para a turma A, no 8º lugar da sua seriação.

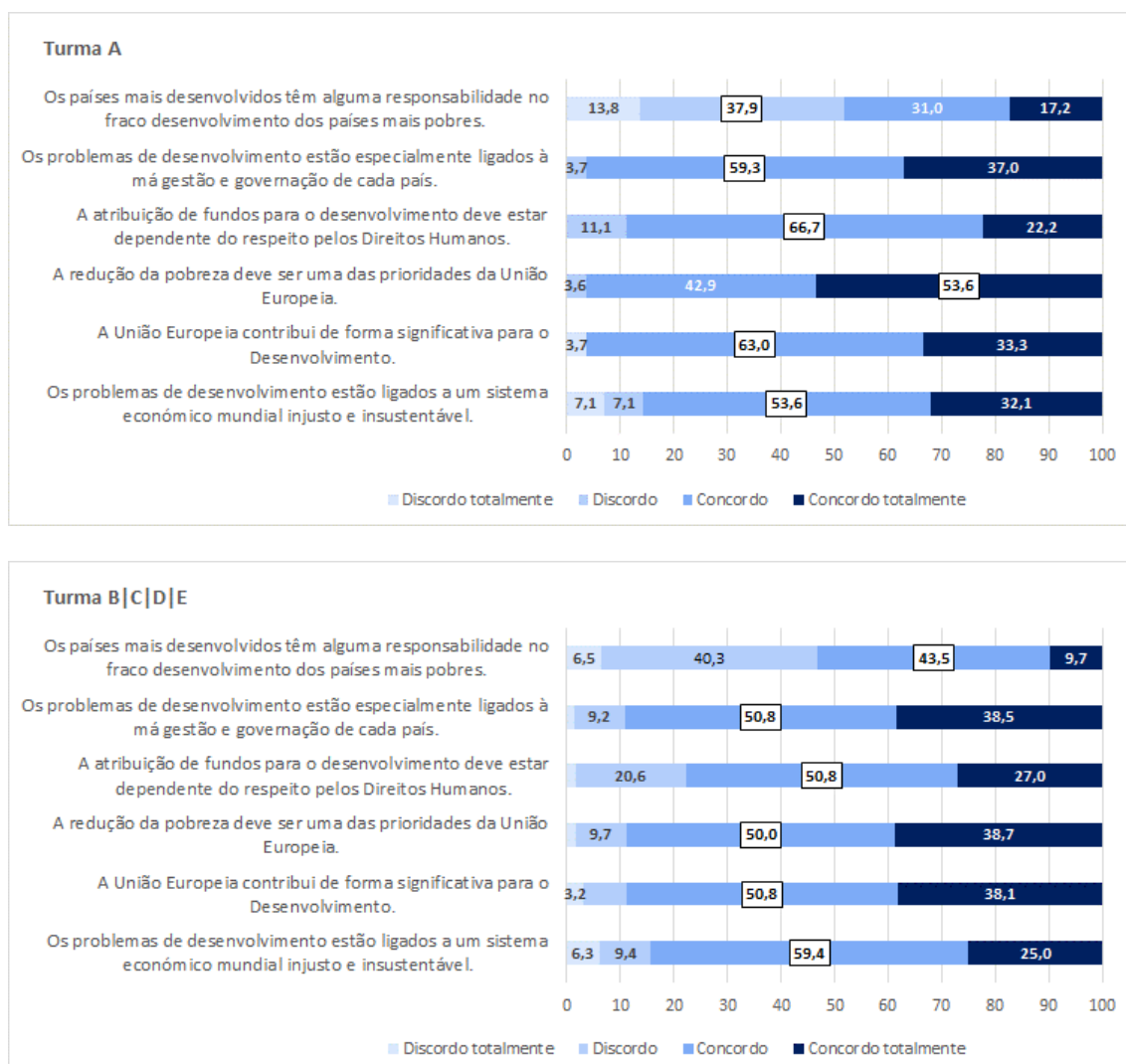
Apesar de pouco evidente nos gráficos de barras, podemos ainda salientar os temas/problemas que nunca ocuparam o ‘top’ de qualquer um dos 10 lugares. Dois deles são comuns a todos os estudantes, designadamente, as ‘Cidades Sustentáveis’ e o ‘Emprego e Trabalho Digno’, a que se associa, no caso de BCDE, a ‘Igualdade de Género’.

Depois da realização deste questionário e nesta questão específica, é de salientar que muitos dos alunos não perceberam como responder à mesma, colocando muitos deles a resposta “em escadinha”, tal como nos explicaram. Ou seja, aos Direitos Humanos, como apareciam em primeiro lugar na lista apresentada, atribuíram-lhe o número 1, procedimento que foram seguindo sucessivamente. Mas quando nos apercebemos do sucedido, ainda foi possível alertar algumas turmas para este ‘detalhe’.

De qualquer modo, pese o sucedido, consideramos os resultados interessantes. Não sendo correto fazer apreciações sobre a sequência definida pelos estudantes, podemos considerar que na turma A foram valorizados temas/problemas sociais, enquanto em BCDE as questões ambientais se assumem mais importantes. No entanto, é preciso não esquecer que, para todos os alunos, prevalecem os Direitos Humanos.

Na questão seguinte, também elaborada sob a forma de matriz (figura 25), solicitava-se aos alunos que avaliassem, de acordo com o seu grau de (dis)concordância, seis afirmações relativas ao desenvolvimento.

Figura 25 - Grau de concordância/discordância relativo às afirmações.



Na afirmação “os países mais desenvolvidos têm alguma responsabilidade no fraco desenvolvimento dos países mais pobres” as respostas não foram consensuais. Apesar de abordado nas aulas de Geografia, o grau de desenvolvimento dos países não faz parte das Aprendizagens Essenciais e do programa de Geografia de 7º ano, o que poderá justificar a divisão de respostas. Na turma A, 51,7% dos inquiridos não concordou com a afirmação e os restantes 48,2% concordaram. O mesmo aconteceu nas restantes turmas, B, C, D e E, ficando os resultados, mais uma vez, divididos, 46,8% não concorda, contrastando com os 53,2% que concordam que os países mais desenvolvidos possam sim ter responsabilidade no fraco desenvolvimento dos países mais pobres.

A segunda afirmação “Os problemas de desenvolvimento estão especialmente ligados à má gestão e governação de cada país” também pode justificar os valores da afirmação anterior. Na turma A, 59,3% concorda com que esta é a causa dos problemas de desenvolvimento dos países e 37% concorda totalmente. A mesma posição tem as restantes turmas inquiridas, onde 50,8% responde mostrando a sua concordância e 38,5% concorda totalmente.

Como foi demonstrado pelas respostas da pergunta anterior e os respetivos gráficos, os Direitos Humanos é uma área pela qual os alunos demonstram a sua preocupação. Daí, os valores da frase “a atribuição de fundos para o desenvolvimento deve estar dependente do respeito pelos Direitos Humanos” era previsível. Os valores relativos à concordância (concordo e concordo totalmente) com a afirmação são bastante elevados na turma A, com 88,9% dos inquiridos, mas também nas turmas B, C, D e E, com 77,8% dos alunos.

A abordagem à União Europeia faz parte das Aprendizagens Essenciais do 7º ano de escolaridade, ano que frequentam os alunos indagados, e já tinha sido explorada em todas as turmas no momento de aplicação do questionário. A afirmação relativa à redução da pobreza necessitar de ser uma prioridade para a União Europeia mostrou o maior valor de concordância total entre todas as afirmações, onde 53,6% concorda totalmente com esta prioridade e 42,9% também demonstrou a sua posição, concordando. Também nas quatro outras turmas inquiridas a resposta foi perentória 88,7% concordaram e concordaram totalmente com a afirmação.

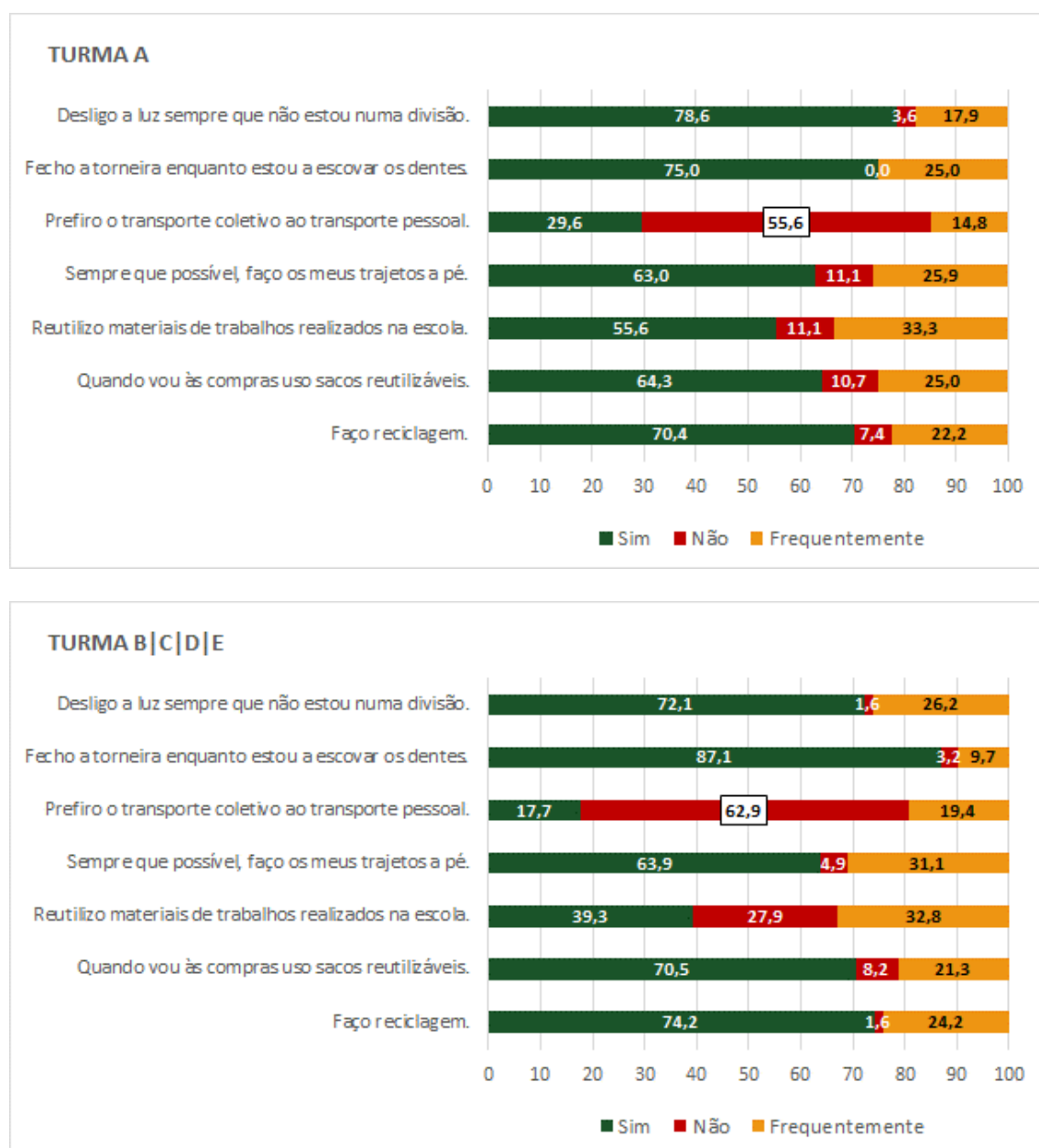
Ainda relativamente à União Europeia, na turma A, a grande maioria, com 63% dos alunos em concordância, e 33,3% dos alunos a concordarem totalmente, julga que possa contribuir, de uma forma significativamente para o Desenvolvimento. O mesmo acontece nas remanescentes turmas inquiridas, onde 50,8% concorda e 38,1% concorda totalmente.

A afirmação “os problemas de desenvolvimento estão ligados a um sistema económico mundial injusto e insustentável” também apresenta uma concordância em todas as turmas. De salientar que em ambas as turmas temos ainda alunos que se

manifestaram contra a afirmação. Na turma A temos 7,1% dos alunos a discordarem e o mesmo valor a discordar totalmente. Nas turmas B, C, D, e E, 9,4% também discordam da afirmação presente e 6,3% discorda totalmente.

Na última secção deste questionário, decidimos colocar várias afirmações relativas às suas atitudes do dia a dia, para uma melhor análise dos seus hábitos (figura 26).

Figura 26 - Hábitos do dia-a-dia dos alunos.



No geral, em ambas as turmas, os seus hábitos no dia a dia são sustentáveis e amigos do ambiente. Podemos perceber que a maioria dos alunos fazem estas pequenas ações que têm grandes impactos no futuro.

A afirmação que chama mais à atenção e destoa de todas as outras refere-se à frase “Prefiro o transporte coletivo ao transporte pessoal”. Em ambas as turmas foi a única das afirmações selecionadas onde a maioria respondeu negativamente, preferindo assim o transporte pessoal. Na turma A 55,6% refere que não prefere a utilização do transporte coletivo ao pessoal, e nas restantes turmas (B, C, D e E) 62,9% refere o mesmo. A utilização deste transporte para além do maior conforto, permite aos alunos escolherem a que horário saem de casa para a escola, por exemplo. Para além disso podem escolher o local exato onde querem ficar, o que não acontece, na sua maioria, com os transportes coletivos. Mas é de salientar que a pergunta utiliza a o verbo ‘preferir’, assim, os alunos podem preferir a utilização do transporte pessoal e não ser este o meio de transporte a que recorre para as viagens casa-escola, por exemplo.

No que diz respeito à afirmação relativa à reciclagem, muitos dos alunos, na sala de aula, referiram que, apesar de possuírem locais em casa para a separação dos resíduos, perto das habitações nem todos possuíam locais apropriados para a reciclagem. Ainda assim, na escola onde decorreu o estágio, a escola secundária JGZ, apesar de possuir locais próprios para a separação de resíduos, muitas vezes, ao longo das aulas, os alunos tiveram que ser lembrados por exemplo, para não colocarem o papeis nos lixos comum, e para esperarem para o intervalo, para colocarem no sítio correto, uma vez que estes se encontram nos corredores. Isto leva-nos a concluir que muitas das vezes a reciclagem não é realizada porque as populações não possuem ecopontos perto das suas habitações, ou seja, o nosso país ainda tem um longo caminho a percorrer na colocação de ecopontos.

Todas estas atitudes foram discutidas nas aulas de Cidadania, onde foi explorado o manual da DECO, debatendo em turma as várias ações que os alunos poderiam ter no seu quotidiano para um desenvolvimento sustentável. Cada aluno teve a oportunidade de falar dos seus hábitos e debater, em turma, o que estavam a fazer de certo e o que poderiam melhorar no seu dia a dia.

Na última secção do nosso questionário, tentamos perceber a perspetiva dos alunos sobre a contribuição do ensino de Geografia para um futuro sustentável, segundo a visão dos alunos (tabela 9).

Tabela 9 - Algumas respostas à afirmação "Se consideras que a Geografia contribui para um futuro sustentável diz, em poucas palavras, como o justificas" das turmas 'ABCDE'.

A Geografia ensina-nos formas de preservar recursos importantes, como a água.
A Geografia ajuda as pessoas a pensarem no que elas fazem de errado no mundo e soluções para os seus problemas.
Com a geografia podemos aprender formas de ter um futuro melhor para nós e para os nossos descendentes.
Acho que a Geografia contribui para um futuro sustentável pois ao falar de um determinado território, fala-se também dos seus problemas ambientais e sociais e como podem ser resolvidos.
Eu considero que a Geografia contribui para um futuro sustentável, pois não só dá conhecimento aos mais novos, como também ensina qualquer pessoa de qualquer faixa etária a ser e a perceber melhor quais os fatores que contribuem para um futuro sustentável. Também nos ajuda a perceber onde é que se localizam os países com um fraco desenvolvimento sustentável. Com todos estes conhecimentos, a sociedade de hoje, pode nos ajudar a construir e a desenvolver um futuro mais sustentável e desenvolvido para as gerações vindouras.
A Geografia ajudou-me a perceber que o mundo tem vários problemas e que pequenas mudanças fazem a diferença no mundo.
Na minha opinião acho que a geografia é a disciplina que mais vai contribuir para um futuro sustentável pois é uma das únicas que fala sobre os acontecimentos do mundo e que revela mais os problemas da atualidade.

A Geografia contribui para um futuro sustentável, na medida em que, entre outras coisas, estuda o meio ambiente, os seus recursos naturais, a população e a interação entre ambos.
Acho que a geografia ajuda a que desde cedo, as crianças tomem noção dos que são os mais graves problemas do mundo, para que um dia quando tiverem oportunidade, marquem a sua passagem pelo mundo de uma forma positiva, fazendo com que as gerações futuras possam usufruir dos bens que as anteriores também tiveram.
A Geografia promove a interdependência entre economia, meio ambiente e sociedade.
Sim porque o desenvolvimento sustentável é em parte o crescimento económico, a conservação ambiental e a preocupação social, coisas que falamos e aprendemos na geografia.
A geografia contribui para um futuro sustentável pois ensina como devemos proteger o ambiente e as ações negativas do ser humano no ambiente.

Num questionário de respostas fechadas torna-se mais fácil obter respostas, porém, a última questão e única de resposta aberta, muitos dos estudantes optaram por não responder ou escrever as respostas mais rápidas, como “sim, considero” ou “não considero”. Ainda assim, é possível observar que, em ambas as turmas, muitos dos alunos reconhecem a ligação das duas disciplinas. Contudo, muitos dos alunos justificam essa ligação disciplinar por temas como a poluição e a preocupação com o meio ambiente, por exemplo.

Porém, há já a noção de que a tomada de medidas hoje não vai ter impacto só na nossa geração, como também nas futuras (“Com a geografia podemos aprender formas de ter um futuro melhor para nós e para os nossos descendentes.”; “...Com todos estes conhecimentos, a sociedade de hoje, pode nos ajudar a construir e a desenvolver um futuro mais sustentável e desenvolvido para as gerações vindouras.”).

Além disso, em várias respostas dadas pelos alunos inquiridos, é possível verificar que, para eles, a Geografia aborda os vários problemas no mundo, mas também os leva a refletir sobre eles e como os solucionar.

Como referido anteriormente no presente trabalho, o desenvolvimento sustentável é suportado por três pilares, que um aluno conseguiu referir “A Geografia promove a interdependência entre economia, meio ambiente e sociedade.”.

Considerações Finais

O principal objetivo do nosso estudo, consistiu em conhecer e compreender a perspectivas dos alunos relativamente ao contributo da Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável. Assim, na introdução do presente relatório estabelecemos a seguinte pergunta de partida: ‘De que forma a educação geográfica promove a consciencialização dos alunos para um futuro sustentável?’.

Para ser possível responder a esta questão e compreender se o ensino de Geografia, na opinião dos alunos, contribui para um desenvolvimento sustentável, consideramos cinco objetivos específicos, a que tentaremos dar resposta nas nossas considerações finais:

1. Discutir o conceito de desenvolvimento sustentável;
2. Perceber a relação entre os conteúdos da disciplina de Geografia e da Educação para o Desenvolvimento;
3. Analisar a perspetiva dos estudantes sobre a disciplina de Geografia e sobre os conceitos abordados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento;
4. Verificar a perceção dos alunos sobre a importância do desenvolvimento sustentável e a sua possível interligação com a disciplina de Geografia;
5. Aferir os seus conhecimentos e comportamentos/atitude sobre o tema em estudo.

1. De acordo com as referências científicas consultadas, o desenvolvimento sustentável é apresentado como sendo capaz de suprir as necessidades das gerações atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Ou seja, é necessário implementar processos de desenvolvimento e transformação que consigam responder à satisfação das necessidades da sociedade atual, mas conciliando-a com a proteção/preservação de recursos, assegurando uma gestão consciente e responsável, de forma a garantir que não são atingidos os ‘limites do crescimento’.

Apesar das várias definições/interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável, este é sempre focado em três pilares fundamentais: a sociedade, o ambiente e a economia.

Para os alunos, o conceito de DS não está tão bem definido, embora tenham incorporado a definição expressa no Relatório Brundtland. No entanto, em termos mais práticos, manifestam maior compreensão. Os estudantes têm consciência que o seu comportamento terá impacto nas gerações futuras, pelo que tentam, nas suas práticas quotidianas, assumir atitudes e hábitos sustentáveis em termos económicos e ambientais.

2. A Geografia é uma ciência eclética. Ela reúne em si uma infinidade de temas, muitos em comum com a Educação para o Desenvolvimento. Quando comparados os temas, subtemas, objetivos e descritores de desempenho do Referencial de Educação para o Desenvolvimento com as Aprendizagens Essenciais de Geografia, encontramos muitas semelhanças.

Também durante as aulas de Cidadania e Desenvolvimento, onde exploramos com os alunos a temática do Desenvolvimento Sustentável, conseguíamos variadíssimas vezes fazer uma ligação interdisciplinar com Geografia e os assuntos das nossas aulas. E vice-versa: também em muitas aulas de Geografia era possível questionar os alunos sobre a relação da matéria dada com assuntos explorados em Cidadania. A interdisciplinaridade fomentada na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, lecionada por professores de diferentes áreas científica, tem este mesmo benefício.

3. A análise do conceito de Geografia partilhado pelos alunos, demonstrou que muitos deles ainda se limitam a ‘decorar respostas’. Aliás, esta tendência aplica-se a outros conceitos explorados, observando-se respostas praticamente semelhantes às apresentadas durante as aulas. Esta perceção é importante para os professores, investindo em práticas letivas que promovam a construção do conhecimento tornando-o significativo, substituindo a memorização. Porém, é ainda perceptível, através das respostas dos alunos, que a ideia pré-concebida que muitas pessoas têm sobre a disciplina de Geografia, vai sendo ultrapassada. Muitos alunos já conseguem

ultrapassar a visão tradicional da Geografia, mas ainda parcialmente presente no primeiro exercício com o *Mentimeter*, reconhecendo o tal ‘caracter eclético’ desta ciência, talvez a única que estabelece a ponte entre as ‘ciências naturais’ e as ‘ciências sociais e humanas’.

4. A importância da Geografia na promoção do desenvolvimento sustentável, parece estar clara para a maioria dos alunos inquiridos. Apesar de bastantes jovens, e considerando que a interligação entre conceitos, matérias e áreas científicas ainda é complexa para eles, uma postura permanente de articulação interdisciplinar beneficia a sua aprendizagem.

5. No que diz respeito aos hábitos e atitudes no dia a dia dos alunos, podemos considerar que, na sua grande maioria, tomam decisões bastante conscientes e sustentáveis. Quando debatidos em sala de aula os comportamentos que deveríamos assumir para potenciar o desenvolvimento sustentável, muitas das respostas foram compatíveis com os resultados obtidos neste estudo: cada vez mais existe uma preocupação com os temas/problemas sociais e ambientais e, mesmo que o Crescimento Económico não seja assumido como primordial, ele está presente na preocupação que expressam relativamente à Pobreza.

Para responder à nossa pergunta de partida, a nuvem de palavras que ilustra os resultados da questão com que concluímos o questionário aplicado a todos os estudantes do 7º ano de escolaridade, é bem elucidativa. Ou seja, a educação geográfica contém em si os conteúdos/aprendizagens essenciais passíveis de promover a consciencialização dos alunos para um futuro sustentável. O seu caráter eclético está bem ilustrado pelas palavras-chave utilizadas pelos alunos nas suas respostas, apelando aos temas/problemas da sociedade atual, que despertam nos nossos jovens o conhecimento, capacidade crítica e vontade de assumir uma postura ativa e responsável que deve caracterizar os cidadãos de ‘amanhã’.



Referências Bibliográficas

- Anderson, Jon; Askins, Kye; Cook, Ian; Desforges, Luke; Evans, James; Fannin, Maria; Fuller, Duncan; Griffiths, Helen; Lambert, David; Lee, Roger - What is geography's contribution to making citizens? *Geography*. Vol. 93. n.º 1 (2008). p. 34-39. ISSN: 0016-7487
- Beattie, RM; Brown, NJ; Cass, H - Millennium development goals progress report. *Archives of disease in childhood*. Vol. 100. n.º Suppl 1 (2015). p. S1-S1. ISSN: 0003-9888
- Boudou, Christian Jean-Marie - A Cidadania e a Geografia. (2012). ISSN:
- Buss, Paulo M - Agenda 2030: onde estamos hoje? (2017). Disponível em WWW: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/21018/2/PDFRadis_177_web.docx.pdf>.
- Câmara, Ana Cristina; Proença, António; Teixeira, Francisco; Freitas, Helena; Gil, Helena Isabel; Vieira, Isaura; Pinto, Joaquim Ramos; Soares, Lurdes; Gomes, Manuel; Gomes, Margarida - Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o. *Noesis*. Vol. 80. (2018). p. 30-33. ISSN: 972742421X
- de Martino Jannuzzi, Paulo; De Carlo, Sandra - Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. *Bahia Análise & Dados*. Vol. 28. n.º 2 (2019). p. 6-27. ISSN: 0103-8117
- De Oliveira, Gilson Batista - Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*. Vol. 5. n.º 2 (2002). ISSN: 2447-2735
- dos Santos Camargos, Carolina - A Educação Ambiental e a Geografia nas perspectivas da educação de jovens e adultos. (2017).
- Ecologist, The - A blueprint for survival. *The Ecologist*. Vol. 2. n.º 1 (1972). p. 1-43.
- Elkington, John - Canibais com garfo e faca. Makron Books São Paulo, 2001. ISBN: 8534612544
- Estender, Antonio Carlos; Pitta, Tercia de Tasso Moreira - O conceito do desenvolvimento sustentável. *Revista Terceiro Setor & Gestão-UNG-Ser*. Vol. 2. n.º 1 (2008). p. 22-28. ISSN: 1982-3290

- Esteves, Maria - Citizenship Education—what Geography Teachers think on the subject and how they are involved? *Procedia-Social and Behavioral Sciences*. Vol. 191. (2015). p. 447-451. ISSN: 1877-0428
- Esteves, Maria Helena - A Cidade com espaço de educação para a Cidadania: um desafio para a Geografia escolar. p. 478-487 (2011). I
- Faustino, Manuel; Amador, Filomena - O conceito de “sustentabilidade”: migração e mudanças de significados no âmbito educativo. *Indagatio Didactica*. Vol. 8. n.º 1 (2016). p. 2021-2033. ISSN: 1647-3582
- Fehling, Maya; Nelson, Brett D; Venkatapuram, Sridhar - Limitations of the Millennium Development Goals: a literature review. *Global public health*. Vol. 8. n.º 10 (2013). p. 1109-1122. ISSN: 1744-1692
- Fensterstock, Jack C; Fankhauser, Robert K - Thanksgiving 1966 air pollution episode in the eastern United States. National Air Pollution Control Administration, 1968.
- Ferreira, Manuela Malheiro; Alexandre, Fernando; Miranda, Branca - Reflective Practice in Geography Teaching. Paul Chapman Publishing, 2000. Disponível em WWW:
<[https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/b35f2a639580707341af74d5c9de26fa/Reflective_practice_in_geography_teaching_by_Ashle_1180755_\(z-lib.org\).pdf](https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/b35f2a639580707341af74d5c9de26fa/Reflective_practice_in_geography_teaching_by_Ashle_1180755_(z-lib.org).pdf)>.Cap. 15
- Citizenship: the role of geography? ISBN: 0 7619 6981 0
- Ferreira, Manuela Malheiro; Alexandre, Fernando; Miranda, Branca - O ensino da Geografia num contexto de educação para a cidadania. 2001. ISBN: 84-922182-8-2
- Hauwaert, Axelle Marie Veronique Thierry van - O Referencial de educação para o desenvolvimento: as conceções do conceito de paz por um grupo de crianças de 2 a 5 anos. 2020.
- Nogueira, Conceição; Pinto, Teresa; Prazeres, V; Saavedra, Luísa; Silva, Isabel; Silva, Maria João; Silva, Paula; Tavares, TC; Vieira, Crisstina - Guião de Educação Género e Cidadania-3 “ciclo do ensino básico. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2010). p. 338. ISSN: 978-972-597-404-9
- Reis, João - Cidadania na Escola: desafio e compromisso. *Inforgeo*. Vol. 15. (2000). p. 105-116.

- Ribeiro, Wagner Costa - Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. Estudos avançados. Vol. 24. (2010). p. 69-80. ISSN: 0103-4014
- Roma, Júlio César - Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Ciência e cultura. Vol. 71. n.º 1 (2019). p. 33-39. ISSN: 0009-6725
- Sachs, Jeffrey D - From millennium development goals to sustainable development goals. The lancet. Vol. 379. n.º 9832 (2012). p. 2206-2211. ISSN: 0140-6736
- Santos, Ana Teresa - A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento: Fatores de sucesso, mais-valias e futuro. Sinergias. (2014). p. 67.
- Schumacher, Ernest F - Small is beautiful: Economics as if people mattered. London: Blond & Briggs. (1973). ISSN:
- Torres, António; Figueiredo, Ilda Luísa; Cardoso, Jorge; Pereira, Luísa Teotónio; Neves, Maria José; Silva, Rosália - Referencial de educação para o desenvolvimento—educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário. Lisboa: Ministério da Educação. (2016). ISSN: 978-972-742-409-2
- United Nations Environment Programme United Nations Educational, Scientific; Organization, Cultural; Office, International Labour - YouthXchange green skills and lifestyles guidebook. (2016). ISSN: 928073279X
- Wackernagel, Mathis; Rees, William - Our ecological footprint: reducing human impact on the earth. New society publishers, 1998. ISBN: 086571312X

Anexos

Anexo 1

Temas, subtemas e objetivos nos diferentes níveis e ciclos de educação e ensino, presente no Referencial de Educação para o Desenvolvimento.

TEMAS	SUBTEMAS	OBJETIVOS	Ed. Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ens. Sec.
Desenvolvimento	Perspetivas e conceitos essenciais associados ao desenvolvimento	Compreender o desenvolvimento na sua contextualização histórica, bem como os principais conceitos e indicadores associados	X	X	X	X	X
	Cooperação internacional	Refletir criticamente sobre conceções, práticas e principais atores da cooperação internacional			X	X	X
	Diversidade cultural e visões do mundo	Valorizar a diversidade de culturas, sociedades e mundivisões, atribuindo-lhes uma relevância equitativa	X	X	X	X	X
	Visões de futuro, alternativas e transformação social	Refletir criticamente sobre formas de ação que visem a transformação social e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas	X	X	X	X	X
Interdependências e Globalização	Interdependências e relação dialética entre o global e o local	Compreender as inter-relações entre as pessoas, os lugares, as economias e os ambientes, do local ao global e vice-versa	X	X	X	X	X
	Globalização e crescente complexidade das sociedades humanas	Relacionar a globalização com os processos de crescente interdependência e complexidade das sociedades	X	X	X	X	X
	Transnacionalização e governação à escala global	Analisar criticamente os mecanismos transnacionais de governação			X	X	X
Pobreza e Desigualdades	Enriquecimento e empobrecimento	Compreender a interdependência entre processos de enriquecimento e de empobrecimento	X	X	X	X	X
	Desigualdades, pobreza e exclusão social	Compreender a interdependência entre desigualdades, pobreza e exclusão social	X	X	X	X	X
	Luta contra as desigualdades, a pobreza e a exclusão social	Reconhecer o respeito pelos direitos humanos como imperativo para a implementação de políticas coerentes de combate às desigualdades, à pobreza e à exclusão social	X	X	X	X	X

TEMAS	SUBTEMAS	OBJETIVOS	Ed. Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ens. Sec.
Justiça Social	Direitos, deveres e responsabilidades	Compreender a relação entre direitos, deveres e responsabilidades e a sua articulação com os princípios fundamentais dos direitos humanos	X	X	X	X	X
	Bem comum e coesão social e territorial	Compreender o bem comum e a coesão social e territorial enquanto conceitos centrais da justiça social		X	X	X	X
	Construção da justiça social	Compreender a justiça social como um processo que exige o esforço continuado de todas as pessoas, instituições e comunidades	X	X	X	X	X
Cidadania Global	A comunidade planetária	Compreender a humanidade como parte do planeta e do universo	X	X	X	X	X
	Construção de uma sociedade mundial justa e sustentável	Compreender a construção de compromissos éticos e cívicos como condição para a criação de uma sociedade mundial justa e sustentável	X	X	X	X	X
	Participação e corresponsabilidade	Reconhecer o papel de vários tipos de atores na assunção de diferentes formas de participação e de corresponsabilidade na construção da cidadania global	X	X	X	X	X
Paz	Construção da paz	Compreender que a construção da paz exige o esforço continuado de todas as pessoas, instituições e comunidades	X	X	X	X	X
	Situações de insegurança, violência, guerra e ausência de paz	Compreender os vários tipos de situações de insegurança, violência, guerra e ausência de paz	X	X	X	X	X
	Paz, direitos humanos, democracia e desenvolvimento	Compreender a interdependência entre paz, direitos humanos, democracia e desenvolvimento	X	X	X	X	X

Anexo 2

Questionário

O presente questionário é anónimo e enquadra-se no Relatório de Estágio que será apresentado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do EBS da FLUP. O objetivo é conhecer a perspetiva dos alunos sobre o contributo da Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável.

O teu contributo é muito importante. Neste questionário não existem respostas certas ou erradas.

Diz o que entendes, brevemente, sobre cada um dos conceitos.

Muito obrigada! 😊

I. Dados pessoais

- 1) Idade:
- 2) Género:
- 3) Residência: Freguesia: _____ Concelho: _____

II. De forma muito sintética diz o que entendes por:

- 1) Geografia:
- 2) Cidadania:
- 3) Desenvolvimento:
- 4) Sustentabilidade:
- 5) Prosperidade:
- 6) Paz:
- 7) Dignidade humana:
- 8) Educação:
- 9) Igualdade de género:
- 10) Sociedade justa:
- 11) Proteção do ambiente:

Anexo 3

Questionário

O presente questionário é anónimo e enquadra-se no Relatório de Estágio que será apresentado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º Ciclo do EBS da FLUP. O objetivo é conhecer a perspetiva dos alunos sobre o contributo da Geografia para a promoção de práticas de desenvolvimento sustentável. O teu contributo é muito importante. Neste questionário não existem respostas certas ou erradas.

Muito obrigada! 😊

III. Dados pessoais

4) Idade:

5) Género:

6) Residência: Freguesia: _____ Concelho: _____

IV. Dos conceitos seguintes, assinala 5 dos que mais associas a Geografia:

	Relevo
	População
	Mapas
	Localização
	Cidadania
	Sustentabilidade
	Desenvolvimento
	Proteção do Ambiente
	Riscos
	Recursos

V. Assinala, o teu grau de concordância/discordância, relativamente às seguintes frases:

Escala: 1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – concordo; 4 – concordo totalmente.

	1	2	3	4
Aprender Geografia contribui para um futuro sustentável.				
As disciplinas de Geografia e Cidadania e Desenvolvimento estão interligadas.				
Não acho que implementar medidas sustentáveis terá impacto no futuro.				
Sinto que aprender Geografia me dá bases para me tornar um melhor cidadão.				
A sustentabilidade permite o desenvolvimento das gerações presentes e assegura as necessidades das futuras gerações.				
Uma educação geográfica permite alcançar diversos dos objetivos do desenvolvimento sustentável.				
Concordo com todos os objetivos do desenvolvimento sustentável.				
Os temas abordados na disciplina de Geografia fez-me pensar em diversas atitudes que posso tomar no meu dia-a-dia para melhorar o futuro.				

VI. Ordena de 1 (mais importante) a 10 (menos importante) as áreas que, na tua opinião, poderão representar um maior problema futuramente:

	Direitos Humanos
	Emprego e trabalho digno
	Pobreza
	Cidades sustentáveis
	Paz e segurança
	Saúde de qualidade
	Igualdade de Género
	Proteção do Ambiente
	Crescimento Económico
	Alterações climáticas

VII. Assinala o teu grau de concordância/discordância, relativamente às seguintes frases:

Escala: 1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – concordo; 4 – concordo totalmente.

	1	2	3	4
Os países mais desenvolvidos têm alguma responsabilidade no fraco desenvolvimento dos países mais pobres.				
Os problemas de desenvolvimento estão especialmente ligados à má gestão e governação de cada país.				
A atribuição de fundos para o desenvolvimento deve estar dependente do respeito pelos Direitos Humanos.				
A redução da pobreza deve ser uma das prioridades da União Europeia.				
A União Europeia contribui de forma significativa para o Desenvolvimento.				
Os problemas de desenvolvimento estão ligados a um sistema económico mundial injusto e insustentável.				

VIII. No meu dia a dia tenho em consideração as seguintes atitudes:

Medidas	Sim	Não	Frequentemente
Desligo a luz sempre que não estou numa divisão.			
Fecho a torneira enquanto estou a escovar os dentes.			
Prefiro o transporte coletivo ao transporte pessoal.			
Sempre que possível, faço os meus trajetos a pé.			
Reutilizo materiais de trabalhos realizados na escola.			
Quando vou às compras uso sacos reutilizáveis.			
Faço reciclagem.			

IX. Se consideras que a Geografia contribui para um futuro sustentável diz, em poucas palavras, como o justificas.
